

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Nº 131 • Ano IV • 25/06 a 9 de Julho de 1981 • Cr\$ 40,00

Capa: Ben Burges Foto: René Decul

1970 - 1980

16 milhões

de acidentes do trabalho

A VIDA POR UM FIO

Pág. 4 e 5

Especial

4 horas de
mesa redonda

Lula e seus companheiros
apontam o rumo para o PT

Pág. 9 a 12

Terror impune



A omissão só fortalece o terror

O terrorismo tem mil vidas e só o poder de fogo concentrado da sociedade civil e democrática pode desarticulá-lo. Esta é a opinião de Ayrton Soares, deputado federal e líder do PT na Câmara, neste depoimento a EM TEMPO.



“ Eu atribuo aos setores da oposição que minimizam ou ignoram o episódio do Rio-Centro uma responsabilidade semelhante à daqueles que estão se acumpliciando para a não elucidação do atentado. Tanto as autoridades militares encarregadas do inquérito como aqueles que não se preocupam com o seu resultado prestam um desserviço, primeiro à verdade e à justiça e, segundo, ao próprio projeto de liberalização estabelecido.

Se a sociedade civil e democrática não exercer todo o seu poder de fogo para exigir das autoridades militares a punição dos quistos remanescentes das câmaras de tortura que hoje bancam o terror, o projeto de liberalização estará comprometido por uma recomposição do quadro militar onde os defensores da liberalização terão que assentar à mesa e ceder pontos diante dos responsáveis pelos atentados terroristas.

Essa composição preserva íntegros os setores responsáveis pelos atentados. Simplesmente os desloca no tempo e no espaço, desta ou daquela área militar, mas

possibilita que em função de eventuais trocas de comando eles voltem a se reintegrar. O exemplo do afastamento do general Ednardo D'Avilla do comando do II Exército, em São Paulo, é significativo. O general Dilermando desarticulou a equipe responsável pelo DOI-CODI, distribuindo-os por várias regiões do país. Bastou que o general Milton Tavares, assessorado pelos irmãos Etchegoyen, assumisse o comando do II Exército para que se restabelecesse uma situação semelhante a que existia anteriormente, verdadeiro polo alternativo do poder.

Quem se fortalece ?

Além disso, a opinião pública já fez o seu julgamento obviamente concluindo que os militares envolvidos são os terroristas. Nas Forças Armadas, pelas informações que disponho, a grande maioria não aceita um resultado faccioso e comprometedor. É lógico, portanto, que a não apuração do atentado do Rio-Centro, se não fosse já por outros motivos, abalaria a autoridade de Figueiredo e fortaleceria o

poder dos setores comprometidos com o terror.

A atitude de ignorar ou minimizar o atentado ao Rio-Centro não atenuará também as iniciativas que se multiplicam no sentido de comprometer a liberalização e as eleições previstas para 1982. O próprio atentado ao Rio-Centro só pode ser entendido dentro de um cronograma de iniciativas visando desestabilizar o processo de liberalização. É sintomático, por exemplo, a campanha das senhoras da sociedade que coletaram abaixo-assinado em 15 estados em defesa dos “valores da família”. Essas iniciativas contariam também com o apoio de empresários descontentes, como deixou claro o industrial Antônio Ermírio de Moraes em entrevista recente à imprensa. Sabe-se, inclusive que alguns grupos empresariais teriam sido recentemente sancionados, penalizados, pelo governo, inclusive a Sharp sem que com isso se possa estabelecer uma ligação direta entre uma coisa e outra.

Eu também não tenho dúvidas que o clima de intimidação gerado na própria classe política veio neutralizar qualquer

pressão advinda da sociedade civil e democrática. A afirmativa que mais se ouve em Brasília é de que a crise é dos militares, que não devemos nos envolver porque quando a gente entra eles se unem e se voltam contra nós. A verdade é que eles já estão se recompondo e duas vezes contra nós. Primeiro para acobertar os criminosos e segundo para garantir o poder militar em 1982.

Um exemplo claro disso foi a reunião dos partidos políticos em Brasília quando Tancredo Neves articulou com o senador José Sarney procurando fazer da reunião e, conseguindo, um ato de apoio a Figueiredo. Assim, a reunião que seria um primeiro momento de debate da crise que estava se passando acabou sendo desvirtuada. Nela, não permitiram sequer que o debate se estabelecesse.

Certamente os desdobramentos da campanha contra o terrorismo vão depender do resultado do inquérito do Rio-Centro. Mas já há mais do que indícios que os dois militares vão ser inocentados.”

Editorial

A covardia dos liberais e a estratégia das oposições

No recente quiprozó com os seguidores do jornal “Hora do Povo”, por sinal exatamente no momento em que este jornal e o conjunto da imprensa alternativa sofrem um novo assédio da ditadura, o senador Saturnino Braga do PMDB chegou a proibir a venda de jornais alternativos nas reuniões do partido. Houve quem se perguntasse se o senador se eleito governador do Rio, como pretende, estenderia a todos os cariocas a sua anti-democrática vontade.

Mas o inovador é a pretensão de apresentar o gesto mesquinho de se ajoelhar e meter o rabo entre as pernas ante o primeiro ladrar dos cães de fila da ditadura como sinal de sabedoria e retirar dele pseudo-lições de estratégia política.

Agora é o vice-presidente do PMDB paulista, Fernando Henrique Cardoso, sociólogo com enorme audiência nos auditórios de esquerda quando encantava platéias com suas teses sobre a necessidade de se fortalecer a

sociedade civil contra o Estado autoritário, quem teoriza sobre a conciliação. Sua opinião é de que as oposições não devem centrar a sua atenção no esclarecimento dos atos terroristas pois isso está afastado do desejo mais imediato da população. Em troca, propõe se centrar todo o esforço na garantia da realização das eleições de 82.

É certo que o terrorismo político não é uma preocupação cotidiana do brasileiro, engajado na luta pela sobrevivência em meio à inflação e ao desemprego. Foi apenas nos momentos mais trágicos ou no auge da escalada terrorista, quando o clima de intimidação tomou conta de algumas metrópoles. Mas este é um problema, já que a lista das mais de cem vítimas do terror envolve líderes sindicais, representantes do clero progressista, combatentes pela anistia e pelos direitos humanos.

Uma cobrança séria e responsável da oposição sobre resultados do IPM do Rio-Centro, apoiada na evidência que se mos-

trou aos olhos de todos, só reforçaria os vínculos com as principais lideranças dos movimentos populares e, em extensão, com a população.

Encolhendo-se, ao contrário, a oposição parlamentar burguesa se desmoraliza. Não foi sem motivos a opinião do chefe do SNI, general Otávio Medeiros de que o IPM era assunto sério e que, portanto, não era para os políticos. Aliás, onde os que defendem com ardor a omissão ante a apuração do terror esconderão o rosto se este, como é o mais provável fizer novas vítimas?

Haverá sempre uma frase retórica de Ulisses Guimarães, recolhida do fundo de seu arsenal de ditos bombásticos, para acalantar a consciência dos liberais quando os resultados do IPM forem divulgados com toda a sua escandalosa parcialidade. Mas, nestes tempos difíceis, de crise econômica e de intimidação política, o gesto retórico se desnuda cada vez mais e o povo vai diferenciando a proposta pela qual vale a pena lutar.

Bomba contra bancários



Às 12:00 horas do dia 16 de junho uma bomba explodiu no banheiro da sede do sindicato dos bancários de São Paulo. O explosivo, de alguma potência, removeu o reboco da parede, estilhaçou o espelho e chamuscou todo o banheiro.

Coincidentemente, os bancários estão iniciando agora a campanha salarial. A explosão, como as ameaças anônimas feitas à diretoria durante a campanha salarial do ano passado, teria o objetivo de intimidar a categoria.

Estrangeiros em perigo

O destino de 500 mil estrangeiros que hoje residem irregularmente no Brasil estará sendo decidido com a votação do novo projeto da Lei dos Estrangeiros que o governo quer aprovar. Em resposta, está sendo lançada uma campanha pela conquista da anistia e pelo direito de asilo político.

Por Hamilton de Souza

A aprovação de uma lei de anistia e a adoção do direito de asilo político, diplomático e territorial, são, para o CBS — Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina — e mais 17 entidades populares e democráticas, as únicas medidas capazes de resolver, de maneira justa e definitiva, a situação dos quase 500 mil estrangeiros que se encontram irregularmente no Brasil.

Naturalmente, o governo brasileiro não pensa assim. Em agosto do ano passado, o regime militar fez passar no Congresso Nacional, por decurso de prazo e com a ajuda do PDS, um Estatuto dos Estrangeiros que em nada contribui para regularizar a situação de refugiados econômicos e políticos. Ao contrário, em vez de assegurar a permanência definitiva desses estrangeiros no país, ameaça a todos de expulsão e deportação, mantém a intranquilidade e a discriminação e aumenta, violentamente, a repressão contra esses estrangeiros.

Na verdade, com o Estatuto de agosto passado, o regime militar brasileiro apenas deu continuidade a sua política de cooperação com as ditaduras militares do Cone Sul da América Latina, que acreditam encontrarem-se, no Brasil, muitos opositores desses regimes, que lutam pela libertação de seus povos e que são, portanto, perseguidos políticos na Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia, principalmente.

Internacional da repressão

Não há dúvida que o general Figueiredo tenha prometido ao general Videla, ex-presidente da



1980 — Videla e Figueiredo acertaram a aprovação da Lei dos Estrangeiros

Argentina, nos encontros que tiveram no início do ano passado, ampliar o controle e a repressão aos estrangeiros que vivem no Brasil, de maneira a assegurar a ditadura vizinha que do solo brasileiro não partiria qualquer protesto ao regime sanguinário da Argentina. O projeto aprovado no ano passado (e em vigor até hoje) teve sua origem também nos compromissos assumidos pelas ditaduras militares do Cone Sul na XI Conferência dos Comandantes dos Exércitos Americanos, realizada em Montevidéu, quando se acertaram detalhes da repressão organizada entre os países participantes.

Ninguém desconhece que os órgãos policiais e repressivos da Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai, Chile e Bolívia, entre outros, há muito trocam informações e colaboram entre si em operações de repressão política, conforme os postulados da famige-

rada doutrina da Segurança Nacional, exportada para os países do Cone Sul através da escola militar do Panamá, mantida pelo governo dos Estados Unidos.

É mais do que conhecida a participação de policiais brasileiros no sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz, levados de Porto Alegre para os cárceres uruguaios. Vários militares uruguaios que deixaram o país, no ano passado, revelaram, entre outras coisas, a troca de listas com nomes de perseguidos políticos nos países do Cone Sul, a prisão, tortura e morte de argentinos nos órgãos policiais e militares do Uruguai e o sequestro e morte de uruguaios em solo argentino, praticados pela polícia daquele país.

Diante de tais fatos, parece clara a intenção do governo brasileiro quando propõe uma lei para regulamentar a situação do estrangeiro no Brasil: tornar

mais eficiente e legal a repressão a todos aqueles que, nos seus países de origem, resistiram contra as ditaduras militares e emigraram para poder continuar resistindo.

O novo projeto é inaceitável

O projeto de lei aprovado em agosto do ano passado (muito provavelmente inspirado fora das fronteiras brasileiras), no entanto, tem um texto tão rígido que tornou difícil a sua aplicabilidade. Por ele, a grande maioria dos estrangeiros em situação irregular no país (sem documentação, sem visto de permanência, sem asilo etc) não teria condições de aqui permanecer, com tudo regularizado, e continuaria obrigada à clandestinidade, sujeitando-se a todos os problemas que essa situação cria.

Além disso, a lei passou a ser

fortemente combatida pela sociedade brasileira, especialmente a Igreja, os partidos de oposição e algumas entidades democráticas e populares. Tudo isso obrigou o governo a elaborar novo projeto, que no momento vem sendo objeto de discussões no Congresso Nacional (embora o projeto não tenha sido apresentado oficialmente) e negociado com os setores mais interessados.

A Igreja inclusive, já propôs algumas alterações, principalmente na parte que diz respeito à entrada e permanência de missionários estrangeiros e à defesa da família, quando um de seus membros é estrangeiro.

Em linhas gerais, entretanto, o novo projeto não altera os propósitos contidos no Estatuto em vigor, na medida em que dá ao governo brasileiro o arbítrio de conceder ou não o visto de permanência no país, de expulsar ou não qualquer estrangeiro e o mais grave ainda, fornecer um visto provisório (que permite a identificação de todos os estrangeiros que aqui se encontram) e submeter a permanência dele aqui ao seu país de origem.

Esse novo projeto, portanto, que o governo quer aprovar com "tranquilidade" e sem discussão pública, continua sendo um instrumento de perseguição política (conforme o compromisso com as ditaduras do Cone Sul) e não regulariza, em definitivo a situação do estrangeiro no Brasil, que além de viver em permanente ameaça (perseguição policial e de expulsão), não pode trabalhar normalmente e quando trabalha ainda é super-explorado, ganhando menos e sem os direitos previdenciários extensivos a todos os trabalhadores.



Anistia e direito de asilo

O CBS e as entidades populares e democráticas que estão empenhados na campanha pela anistia para os estrangeiros e pelo direito de asilo político rejeitam o Estatuto atual e o novo projeto do governo.

Essas entidades defendem a aprovação de uma lei que regulamente a entrada, a permanência e a saída de estrangeiros no país, que seja democrática e orientada por princípios internacionais de respeito aos Direitos Humanos e as normas adotadas pela ONU nos casos dos refugiados econômicos e políticos.

Mas, independente de uma lei desse tipo, inclusive para que ela possa vigorar conforme a realidade brasileira, todos os estrangeiros que aqui se encontram, devem ter o direito de regularizar sua situação, receber o visto de permanência, ter documentos e os direitos assegurados normalmente aos cidadãos estrangeiros.

Da mesma maneira, parece claro que a situação do estrangeiro somente estará devidamente equacionada, livre dos compromissos ditatoriais assumidos com os governos de outros países, especialmente com os do Cone

Sul, com a adoção do direito de asilo político diplomático e territorial para todos os estrangeiros que, comprovadamente, são perseguidos políticos em seus países de origem. Pois garantido esse direito, com a situação dos estrangeiros já regularizada, os demais casos, no futuro, serão tratados simplesmente pelo órgão encarregado da imigração, sem que se permita, como quer o governo brasileiro hoje, sob o disfarce de uma lei de estrangeiros, identificar e entregar para as ditaduras assassinas, todos aqueles que dedicam sua vida pela libertação da América Latina.



CBS em Vitória

Dia 9 de julho, com a presença de Luiz Eduardo Greenhalg será realizado, através de debates, o lançamento da seção regional do Comitê Brasileiro de Solidariedade, em Vitória.

1971
16 milhões
de
acidentados
1980

A guerra

A ordem é trabalhar

Nestes últimos dez anos houve 16 milhões de feridos em acidentes de trabalho.

É uma verdadeira guerra contra o trabalhador, e a principal arma utilizada é a estafa.

Há uma verdadeira guerra, silenciosa e permanente, em curso no país. Esta guerra já fez 16 milhões de feridos, 536 mil inválidos e matou quase 38 mil pessoas nos últimos dez anos. Nem exércitos, nem bombas foram responsáveis por esta calamidade, mas, o trabalho. E os números das "baixas" são do Boletim Estatístico de Acidentes do Trabalho, do INPS.

Mas não é ainda simplesmente "o trabalho" o responsável. Pois da mesma forma que se pode afirmar que quanto mais se morre e se adoce piores são as condições de vida de um povo, pode-se concluir que quanto mais frequentes e graves são os acidentes de trabalho, piores são as condições de trabalho. Mesmo na maioria das vezes em que o acidente é provocado por um descuido ou ato inseguro do trabalhador, é o cansaço provocado pelas horas-extras, a estafa crônica, as horas não dormidas que explicam, em última instância, os acidentes. A alta relação entre a fadiga e a freqüência dos acidentes já foi inclusive demonstrada, por métodos estatísticos, no estudo "Saúde e produção: acidentes do trabalho na grande São Paulo" de Cristina de Albuquerque Possas.

Estatísticas falsas

O governo afirma, como o demonstram as estatísticas divulgadas pelo INPS, que o número de acidentes tem decrescido desde 1975. De acordo com a versão oficial, essa queda teria ocorrido como reflexo da nova política voltada para a formação dos chamados médicos, engenheiros do trabalho e supervisores de segurança e por uma ampla campanha de apelo publicitário. A filosofia da campanha se baseava no dito de que os acidentes de trabalho se deviam a descuidos do trabalhador e que, portanto, a educação e a fiscalização seriam os melhores remédios para o mal.

De fato, os números aparentemente confirmam a versão do governo, pois como podemos ver na tabela abaixo, o número de acidentados tem decrescido permanentemente a partir de 1975, embora continue bastante alto.

A versão do governo começa a

desmoronar quando novas informações são introduzidas. Até 1975, tanto o atendimento médico como o registro de acidentes era de exclusiva competência do INPS. Uma resolução de outubro deste ano, porém, modificou radicalmente este sistema, passando as empresas médicas de capital privado, através de convênios, a fazerem os atendimentos. Por receberem uma quantia fixa mensal, estas empresas médicas têm o máximo interesse em reduzir os acidentes, os dias de cuidado médico e o registro de casos. O que combina com o interesse dos patrões, já que um número excessivo de acidentes pode levar à classificação do trabalho no setor como de alto risco, obrigando-os a pagar maior taxa ao INPS.

Mortos e inválidos

Já em 1976, uma nova lei foi decretada pelo governo transferindo aos patrões a responsabilidade pelo pagamento dos primeiros 15 dias após o acidente e sua comunicação ao INPS. Tanto esta nova lei como a resolução de 1975 seriam as principais responsáveis pela redução do número de acidentes nas estatísticas oficiais, permitindo que as empresas não registrassem os acidentes leves que ocorrem com grande freqüência.

A balela do governo vem à tona mais ainda quando se evidencia que o número de mortos por acidentes de trabalho vem mantendo a tendência ao crescimento ao longo dos últimos anos. No período entre 1976 e 1979, enquanto ocorreu um decréscimo de quase 25% no número de acidentes, as mortes aumentaram em cerca de 17%.

Sabe-se ainda que em 1973, 70% dos pacientes em alta retornavam à mesma atividade anterior e que em 1977 esta proporção baixava para 44%. O que indica um significativo aumento do número de casos graves em relação ao total de acidentes.

Como explicar esse aumento do peso dos casos graves e de mortos no total de acidentes? Só há uma explicação: é que são justamente estes os tipos de acidentes que não podem ser escondidos pelos patrões, utilizando as brechas que a lei permite.

10 anos de acidentes e mortes

Ano	Nº Acidentes	Mortes
1971	1.330.523	2.587
1972	1.504.723	2.854
1973	1.632.696	3.173
1974	1.796.761	3.833
1975	1.916.187	4.001
1976	1.743.825	3.900
1977	1.614.750	4.445
1978	1.564.380	4.342
1979	1.444.627	4.673
*1980	*1.400.000	*4.480
TOTAL	15.948.472	38.288

FONTE: INPS, Secretaria de Seguros Sociais.
* previsão a partir das estatísticas do INPS divulgadas para o primeiro semestre de 1980.

Doenças profissionais aumentam

A legislação brasileira, impede uma avaliação precisa do crescimento das moléstias do trabalho, porque considera a maior parte delas como doenças comuns.

Nas indústrias norte-americanas são introduzidos, a cada ano, 3 mil novas substâncias químicas cujos efeitos sobre a saúde de quem trabalha em contato com elas são desconhecidos. No Brasil, a forte presença das multinacionais e da tecnologia importada certamente traz consigo centenas dessas substâncias que, dia a dia, vão corroendo a saúde do trabalhador.

São inúmeras as doenças causadas ou agravadas pelas condições de trabalho: doenças de pulmão (tuberculose, silicose, bronquite etc); doenças do coração; varizes e hérnias, relacionadas com a posição de trabalho; cegueira e surdez; queimaduras, alergias e problemas na pele; e problemas psiquiátricos, relacionados com o ritmo de trabalho, o ruído etc.

No entanto, a legislação brasileira não reconhece a maioria dessas doenças como "doenças profissionais", alegando que suas causas não podem ser especificamente encontradas no trabalho. Assim, além de diminuir o número de acidentes que aparecem nas estatísticas oficiais — apenas 0,5% do total de acidentados do trabalho atendidos pelo INPS em 1979 referiam-se a doenças profissionais — a Previdência Social obriga os trabalhadores

com essas doenças a enfrentarem a fila do INPS, como se seu problema não tivesse nada a ver com as condições de trabalho que seu patrão lhes oferece.

A verdade é que, para entender as condições de vida do brasileiro, precisamos juntar às chamadas "doenças do subdesenvolvimento" — as doenças contagiosas, que se espalham com as más condições de higiene, saneamento e com a desnutrição — as doenças causadas pelo desenvolvimento da indústria e pelo crescimento das cidades. Se o trabalhador urbano vem de uma zona rural carregando a doença de chagas, a xistosomose e a tuberculose; se mora numa favela ou bairro periférico sem esgoto, sem água encanada e sem coleta de lixo; se vê seus filhos crescerem subnutridos porque seu salário não dá; encontra, na linha de produção, na correria das grandes cidades, nos transportes coletivos, no barulho e na poluição, as doenças do capitalismo desenvolvido. De cada mil segurados do INPS, 10 estão incapacitados para o trabalho por problemas de pressão alta e corrosão (hipertensão arterial) e 9 por neuroses — duas doenças típicas das grandes cidades.

do trabalho

Aos feridos, migalhas

Nesta batalha os feridos não são considerados heróis. Pelo contrário, a cada dia que passa o governo lhes retira apoio, lhes caça direitos e reduz seus benefícios sociais previdenciários.

O governo tem tradicionalmente usado dois artifícios para resolver o problema crônico das dívidas do INPS: aumentar as contribuições diretas dos trabalhadores, que já foram de 2, de 4 e agora são de 8% sobre o salário e reduzir os benefícios sociais a que os previdenciários têm direito.

Um exemplo maior é o ataque aos direitos do acidentado que veio se dando por todos os meios, através de uma série de leis e decretos emitidos após 67. A lei 6367 de 1976, por exemplo, simplesmente aboliu a indenização por acidentes que causassem incapacidades menores, ficando esta apenas reservada aos casos de morte ou invalidez.

A mesma estratégia — a de reduzir o campo de proteção ao acidentado — foi aplicada ao auxílio-acidente, que é pago mensalmente pela Previdência. Esta mesma lei estabelece condições absurdas, incríveis mesmo, para a concessão do menor dos benefícios. Ela prevê, por exemplo, que o trabalhador que, por causa do acidente, perder em grau máximo o movimento da coluna dorso-lombar (isto é, que se tornar praticamente paralisado) ou mesmo aquele que teve a capacidade respiratória reduzida à metade por silicose, pode continuar exercendo a sua atividade habitual e, por causa disso, deve receber apenas o menor dos auxílios-acidente! Da mesma forma, a lista das moléstias profissionais foi reduzida ao mínimo possível, fazendo com que a esmagadora maioria das doenças do trabalho ficassem de fora da legislação acidentária.

Irresponsabilidade

Diminuir o valor dos benefícios devidos aos acidentados foi outro dos princípios adotados. Apenas para exemplificar, a redução da acuidade visual em um olho na ordem de 0,9 correspondia um benefício de 33% do salário do acidentado; hoje, este percentual caiu para 15%. De forma semelhante, a prestação mínima do auxílio-acidente devido ao acidentado foi reduzido de 30% para 20% e a máxima de 60% para 40% de seu salário. Além disso, o valor das indenizações por morte ou invalidez foi diminuído pela lei de 1976.

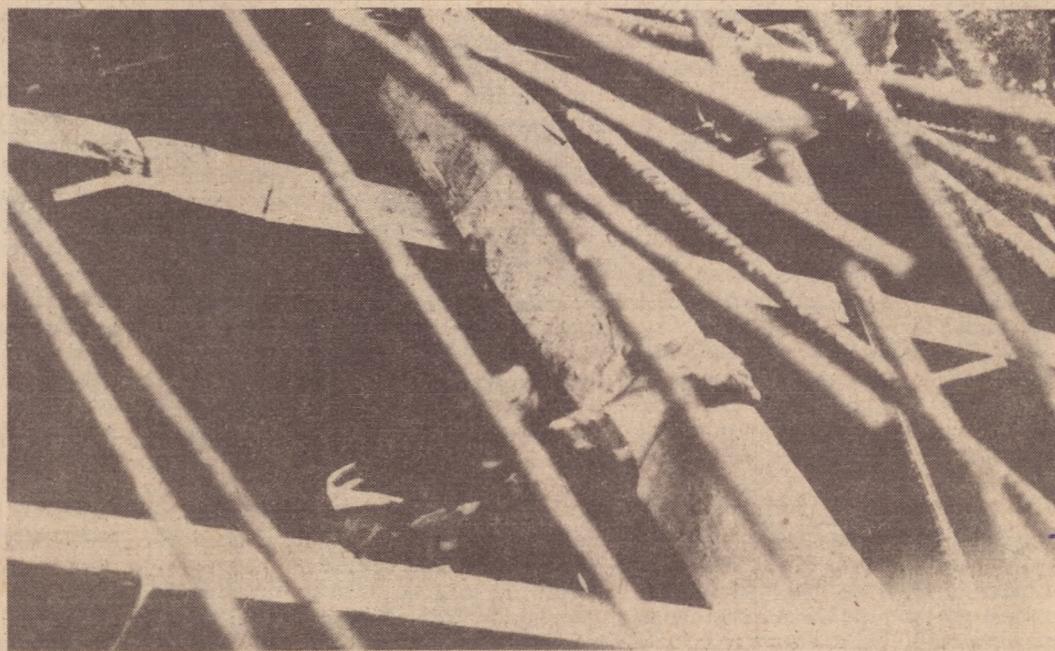
De forma sistemática, os decretos governamentais vieram dificultando o acesso dos acidentados à Justiça para reclamar os seus direitos. Estas dificuldades que tornam os processos longos e custosos, somadas à redução do valor dos benefícios, fizeram com que o número de ações acidentárias fosse violentamente diminuído. Em 1965, o número de ações em São Paulo subia a mais de 20 mil; dez anos depois, apesar do crescimento extraordinário dos acidentes, o número de ações era de apenas 6.414.

Assim, fechava-se ao acidentado o caminho do recurso à Justiça. Como também ficavam esquecidos pelos recentes decretos governamentais as garantias estabelecidas pela lei de acidentes do trabalho editada em 1944 em relação à reabilitação profissional, ao reaproveitamento pela empresa, à reclamação da assistência médico-hospitalar à autoridade judiciária.

O princípio de que o patrão se desresponsabiliza pelo infortúnio e pelo futuro do acidentado, já entrevisto nesta supressão de direitos, foi consagrado pela lei de 1976. Com a atual lei de acidentes, ao contrário de todas as outras, o patrão liberou-se de toda responsabilidade, limitando-se a recolher as contribuições sobre a folha salarial.

Também o próprio governo é quem vem, passo a passo, se retirando de campo. A Previdência Social, querendo fazer do seguro de acidentes de trabalho uma rica fonte de lucros revogou a lei que eliminava as atividades das empresas seguradoras no setor. Quanto à assistência médica, é sabido que o INPS vem repassando as suas funções para empresas médicas de capital privado.

Mais revelador ainda é o fato de inúmeros benefícios por acidentes já estarem diluídos entre os benefícios comuns da Previdência e a intenção já revelada publicamente por várias personalidades do Ministério da Previdência Social de realizar a completa unificação dos benefícios. Desresponsabilizando os patrões e o governo da assistência ao acidentado, o regime quer reduzir a contra-partida, que a sociedade deve ao seu membro mutilado no esforço da produção, a uma esmola, dada com parcimônia e má vontade.



Hipertensão, mal moderno

Foi divulgado recentemente um estudo interessante sobre a relação entre a hipertensão arterial e o trabalho na cidade de São Paulo, elaborado por membros da Escola Paulista de Medicina. A hipertensão arterial é um fator importante de origem de numerosas doenças cardíacas.

Mal típico da civilização capitalista moderna, a hipertensão é praticamente inexistente nas sociedades primitivas. No Brasil, onde condições de vida sub-humanas se combinam com o frenesi do capitalismo moderno, assistimos a uma trágica combinação das doenças típicas do subdesenvolvimento (parasitoses, tuberculose etc) com o alastramento dos danos causados pela tensão do trabalho e da vida nas grandes cidades.

Assim, o deslocamento migratório do campo para as grandes cidades, as mudanças na estrutura da família, o choque fruto de bruscas alterações culturais, o desemprego agem como fa-

tores que elevam a hipertensão arterial a condição de uma verdadeira epidemia.

Ao nível individual, os conflitos que envolvem a entrada no mercado de trabalho e a integração no emprego, as pressões causadas pela velocidade da realização das tarefas e o rígido controle imposto pelas modernas técnicas de gerência, constituem os focos maiores de geração da hipertensão.

Trabalhando com uma amostra de 5.500 pessoas, os pesquisadores chegaram a algumas conclusões sobre a frequência das hipertensões em diferentes setores de atividade profissional (ver quadro abaixo). A presença de três atividades não vinculadas diretamente à produção como setores mais expostos à tensão e ao desgaste pessoal se explica pela pressão particularmente intensa que o capital instaura sobre elas. Assim, o jornalismo e a publicidade são atividades submetidas a um forte esquema competitivo; os profissionais de transporte, menos que perturbados pelas péssi-

mas condições do tráfego urbano, são pressionados permanentemente a percorrer longas distâncias em curtos espaços de tempos em nome da lucratividade; os bancários, por sua vez, cobrindo tarefas típicas de controle em ritmo acelerado se expõem a altas taxas de hipertensão.

Setores	(%)
Textil	12,9
Metalurgia	17,3
Automóveis	11,4
Construção Civil	13,9
Comércio	12,1
Financeiro	18,6
Transporte	18,9
Jornalismo	21,0
Ensino	13,9
Prof. Liberais	11,0

FONTE: "Hipertensão arterial e Trabalho na grande São Paulo"-Escola Paulista de Medicina

Delfim não é mais aquele...

O mago Delfim não conseguiu realizar outro milagre, como havia feito há 13 anos atrás. Gradativamente, desde quando assumiu o ministério do planejamento com a saída de Mario Henrique Simonsen, foi jogando o país para o beco da recessão. Agora sua estratégia de combate à inflação é do tipo "pega e arrebenta" e beneficia somente os grandes grupos econômicos.

Por Maurício Lemos

1979

Otimismo para corrigir a inflação



1981

País à beira da recessão



Quando assumiu o Ministério em agosto de 1979, em substituição a Simonsen, o atual ministro do Planejamento, Delfim Netto, tinha um plano de evitar a recessão para combater a inflação.

Como primeiro passo, fez um acordo com os banqueiros e foi adotado um redutor (tabelamento) das taxas de juros. Com isso, o open market foi desativado: já que o pressuposto básico de seu funcionamento especulativo é a existência de taxas de juros altas.

Com efeito, o principal papel objeto de especulações no open, a LTN (Letras do Tesouro Nacional) apresenta um comportamento ilustrativo: enquanto que entre 1975 e agosto de 1979, o saldo líquido das LTN cresceu em mais de sete vezes, no período posterior, (agosto de 1979 a maio de 1980) observou-se uma queda de 20% (veja quadro I).

Mais elucidativo ainda é o comportamento dos tomadores das LTN, especialmente os "não identificados", os verdadeiros especuladores do open. Em 1975, a participação dos tomadores "não identificados" não ultrapassava a 9% do total; percentual que se elevou para mais de 58% em agosto de 1979, caracterizando bem a orgia financeira do período. Entretanto, já em maio de 1980, os "não identificados" participavam com apenas 31% do total de tomadores das LTN.

Concomitantemente à desativação do open, Delfim partiu para a execução de uma política de "inflação corretiva" que resumidamente consistiu numa tentativa de elevação de taxas, impostos e tarifas que a curto prazo elevariam a inflação. A longo prazo, permitiriam a elevação da arre-

cadação e a redução das emissões para sustentar os gastos e investimentos governamentais.

Inflação corretiva não corrigiu

Já na execução de tal proposta, em outubro de 1979, as tarifas de energia elétrica foram reajustadas em 52%. Em dezembro, veio a maxidesvalorização com vários derivativos: para compensar a desvalorização do cruzeiro (o dólar subiu de Cr\$ 32,00 para Cr\$ 42,00) o governo criou um imposto de exportação para alguns produtos (café, soja e outros) e retirou subsídios fiscais de alguns outros. Com isso, ele arrecadou mais, embora tenha tido como contrapeso o aumento dos preços internos dos produtos importados.

Em março de 1980, o governo aumentou o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para as operações financeiras internas, o que contribuiu para a elevação da taxa de juros e conseqüentemente do custo financeiro das empresas.

Finalmente, em maio de 1980, o governo estendeu o IOF para todas as operações cambiais (para cada cruzeiro importado dever-se-ia pagar 25% de IOF).

O resultado final de todas estas medidas (que sintetizam a política de inflação corretiva) foi um aumento puro e simplesmente da taxa de inflação: de 60% em outubro de 1979, ela alçou para 110% em dezembro de 1980. Isto é, a política de inflação corretiva não corrigiu nada, apenas elevou o patamar da taxa de inflação.



Na Volks

Quadro II

Crescimento Anual da Indústria.

dez 79	dez 80	7,7%
jan 80	jan 81	7,3
fev 80	fev 81	6,5%
mar 80	mar 81	5,4%
abr 80	abr 81	4,9%

Quadro I

Tomadores de Letras do Tesouro Nacional (LTN)

Tomadores ano	Bancos	Financeiras	Entidades públicas	Não identificados	Total
dez 1975	28 108	345	8 476	2 647	29 576
dez 1976	9 602	655	13 005	23 457	46 714
dez 1978	43 611	19 133	14 513	93 268	170 525
agosto 1979	71 542	3058	16 829	127 629	219 058
maio 1980	84 734	8 669	34 314	53 481	172 529

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil, 1981.

Tomadores de LTN (em %)

Tomadores ano	Bancos	Financeiras	Entidades públicas	Não identificadas	Total
dez 1975	61,2	1,2	28,7	8,9	100,00
dez 1976	20,6	1,4	27,8	50,2	100,0
dez 1978	25,6	11,2	8,5	54,7	100,00
agosto 1979	32,6	1,4	7,7	58,3	100,00
maio 1980	49,0	5,0	19,9	31,0	100,00

Tendo em vista o fracasso da política de "inflação corretiva" e o agravamento da situação do balanço de pagamentos, Delfim passou a ser pressionado pelo setor financeiro doméstico e internacional. O primeiro cobrava o seu "sacrifício" de um ano de juros relativamente baixos, enquanto que o segundo — para manter os altos fluxos de financiamento externo que cobrem o buraco do Balanço de Pagamentos — exigia juros mais altos.

O resultado é que Delfim acabou por determinar uma guinada de 180 graus na política de combate à inflação. Liberou a taxa de juros, reativou o Open Market e, para compensar o setor industrial, liberou vários preços até então sob controle do CIP (Conselho Interministerial de Preços).

As taxas de juros subiram a 200% ao ano e em menos de dois meses a economia passou a dar sinais de desaceleração. Literalmente, a nova estratégia de combate à inflação é do tipo "pega e arrebenta" e beneficia tão somente os grandes grupos econômicos, especialmente do setor financeiro. No caso, o pequeno e médio empresário dos setores comercial e industrial estão entre a "cruz e a espada": ou pagam uma taxa de juros exorbitante e tentam compensá-la com preços mais altos ou vão simplesmente à falência.

Com essa medida, Delfim pegou os setores comercial e industrial de surpresa, verdadeiramente de calças na mão. Quando a inflação começou a disparar e o Open foi desativado, as empresas, especialmente os oligopólios, passaram a aplicar seus excedentes financeiros em estoques especulativos de mercadorias e matérias primas. Resultado: com o aparecimento dessa procura especulativa (artificial) a inflação acelerou mais ainda e ultrapassou os 110%. Esta é, na verdade, a única explicação para o inexplicável crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de

8% em 1980, ano em que o mercado final de consumidores encontrava-se efetivamente desaquecido, com o povo sem dinheiro e o governo diminuindo seus gastos.

Crescimento Zero

A elevação da taxa de juros tornou proibitivo o custo dos estoques (acumulados a partir de empréstimos) o que provocou um processo abrupto de desestocagem. Isto significa, em princípio, uma forte desaceleração econômica, cujo fundo do poço é a recessão.

Os dados a respeito são eloquentes: segundo o IBGE, o produto da indústria nos primeiros quatro meses (janeiro a abril) deste ano comparado com os primeiros quatro meses de 1980, apresentou uma redução de 0,5%. Ao mesmo tempo, observou-se queda em termos reais de arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do ICM (Imposto sobre Produtos Comercializados) tendo também por base os primeiros meses deste ano em relação aos do ano passado.

Ainda assim, o crescimento anual da economia continua positivo, como mostra o quadro II. Prosseguindo-se no mesmo ritmo de desaceleração, a indústria deverá atingir o fundo do poço em julho: crescimento zero. A partir daí, a taxa de crescimento anual será negativa.

Quanto à inflação, tudo indica que, dada a política de recessão, ela cairá, embora, provavelmente muito pouco. O próprio governo não espera para o final do ano uma taxa inferior a 95%.

Rigorosamente, a economia não se encontra em recessão, mas a um passo dela, bastando para chegar lá a manutenção da política econômica tal como está por mais uns dois meses. Ao que tudo indica, à frente de todo mundo e negando com veemência o fato, parece que Delfim vai chegar lá.

Erro de cálculo

Em 1979 o atual ministro do planejamento, Delfim Netto, assumiu garbosamente o controle da economia. Sua moral era alta entre os homens do palácio, porque havia conseguido o chamado milagre brasileiro do início dos anos 70. Agora ele prometia repetir a dose.

Delfim não conseguiu repetir seu "êxito" de 13 anos atrás, quando, prosseguindo a política de Campos e Bulhões, executou (com "êxito") uma política de fato de redução da inflação e aumento da acumulação de capitais e crescimento da economia.

As diferenças, em relação àquele período (1964/68) são basicamente três:

a) A agricultura brasileira naquela época — baseada no pequeno e médio produtor — funcionava, e hoje em dia, não funciona mais, calcada que está na concentração fundiária e na modernização artificial.

b) Os oligopólios, especialmente multinacionais, tomaram conta da economia, o que a torna mais sensível, em seu conjunto, a empurrar os preços para cima tendo por base um aumento previsto da taxa de inflação.

c) Em 1964/68, toda a política de inflação corretiva foi sustentada por um fortíssimo arrocho salarial. Atualmente, além dos trabalhadores já estarem inteiramente arrochados, iniciaram um movimento de ascenso em seu processo de organização e conscientização.

Interpretando erradamente a conjuntura econômica e política, era de se esperar que a política do Delfim desse com os burros n'água.

Convenções municipais

O PT estoura pelo país afora

Começou a rodada de convenções municipais do PT. Entre 21 de junho passado e 26 de julho próximo, por todo o país o partido estará construindo seus diretórios de base.

Por Maura Veiga

BRASIL - RADIOGRAFIA DO PT 2ª QUINZENA - JUNHO/1981

Estados	Nº mínimo municípios necessários	Nº municípios que realizaram convenções em 21/6	Nº municípios que realizarão convenções até 26/7
(*) Acre	3	6	3
(*) Alagoas	19	21	5
(*) Amazonas	9	9	1
Bahia	68	15	—
(*) Ceará	29	44	20
(*) E. Santo	11	16	7
(*) Goiás	45	47	20
(*) Maranhão	26	36	8
(**) Mato G. Sul	13	12	5
(**) Minas Gerais	146	101	88
(**) Pará	17	14	7
Paraíba	35	21	20
Pernambuco	34	13	30
(*) Piauí	23	24	11
Paraná	59	30	32
(*) Rio de Janeiro	18	35	13
Rio G. Norte	31	—	20
(*) Rio G. Sul	47	47	18
(**) S. Catarina	40	38	20
(*) São Paulo	128	154	50
Sergipe	15	—	15
Rondônia	2	2	—

(*) Estados já com a legalização pronta

(**) Estados em fase final cuja legalização no prazo previsto está garantida

FONTE: Secretaria Nacional de Organização do PT

21 de junho de 1981. Essa data não poderá ser esquecida por todos aqueles que, hoje, no país, lutam por uma sociedade justa e pela organização política independente dos trabalhadores brasileiros. Ela é uma data histórica, significou um passo sólido para a concretização de aspirações também históricas. Foi o dia em que o PT começou a realizar as suas convenções municipais e zonais, distritais em 17 estados. Conseguiu completar a legalização já em 11 estados — o que é mais do que o número mínimo necessário exigido por lei.

Foi uma vitória, companheiros! Estamos legalizados, segundo dados da Secretaria Nacional de Organização, no Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, além do território de Rondônia, que não conta para a legalização. Em outros estados, como Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará e Santa Catarina, a legalização estará se completando através das convenções extraordinárias, com segurança, para até o dia 26 de julho — em tempo portanto de realizarem suas convenções estaduais e participarem da nacional. Em alguns destes estados já se

conseguiu a legalização em vários municípios do interior. Os companheiros deixaram os grandes centros para as convenções extraordinárias, pois neles a situação do PT é mais tranquila, dado o grau mais elevado de organização e consciência dos trabalhadores urbanos.

O balanço da penetração do PT também é positivo. Em São Paulo, já se tem 64 mil filiados, conseguiu-se legalizar 154 diretórios, quando o necessário eram 128. No Rio de Janeiro, conseguiu-se 35 diretórios, 17 a mais do necessário e já se tem 32 mil filiados. No Pará, onde ainda não se atingiu a legalização do número mínimo de diretórios, já se tem 8 mil filiados.

A vitória do PT não é só numérica e legal. É também a da representação política dos trabalhadores em seus organismos internos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a maioria dos presidentes de comissões executivas de diretórios é composta por trabalhadores ligados à produção. Outro dado relevante é o da participação das mulheres no PT gaúcho: elas estão representadas em 45% dos membros das comissões executivas.

Companheiros, como se pode ver, o PT há muito deixou de ser

apenas uma idéia. Ele é um partido real, presente para os trabalhadores e setores explorados do país. E como disse o Lula, rebatendo os nossos opositores, "o PT não é só de operários, só de estudantes, só de intelectuais. O PT é de todos esses setores sociais. O PT é de todos nós."

Pré-convenções estaduais



Para contornar a falta de democracia da lei, o PT estabeleceu o procedimento das pré-convenções. Já houve as municipais, como forma de abrir espaço para a discussão política e formação de chapas, democraticamente. Agora, para as convenções regionais, alguns estados já regulamentaram também suas pré-convenções a este nível. Em São Paulo ela será realizada nos dias 11 e 12 de julho com uma representação na base de 1 delegado para cada 63 filiados nos diretórios municipais. Em Minas Gerais a pré-convenção será nos dias 4 e 5 de julho na base de 1 delegado para diretórios com até 100 filiados; 2 para até 300; e 3 delegados para diretórios com mais de 300 filiados. E no Rio de Janeiro ela se realizará nos dias 11 e 12 de julho na base de dois delegados para até 42 filiados e, a partir daí, um a mais para cada grupo de 42 filiados adicionais.

Assim, nos maiores e principais estados, a pré-convenção já está regulamentada e garantida. Outros, entre eles Rio Grande do Sul, já decidiram também pela sua realização e deverão regulamentá-la brevemente.

Já no plano federal, segundo declarações de Lula ao EM TEMPO, na reunião do próximo dia 26 a direção do partido deverá definir sobre como se realizará a pré-convenção nacional. Mas, de antemão, ele já garante que ela ocorrerá, e que "teremos que por no mínimo mil pessoas na nossa pré-convenção nacional, dando uma lição de democracia nos demais partidos".

Desta forma o PT já vai, na prática e de baixo para cima, experimentando as resoluções que brevemente aprovará, aperfeiçoadas, no seu Regimento Interno.

Regimento Interno

Como nuclear os 200 mil

"Um plano nacional de nucleação está agora na ordem do dia", afirma Jacó Bittar, secretário geral do PT.

"Nossa tarefa fundamental agora é a nucleação dos filiados do PT. A cifra dos 200 mil patenteou que somos já uma sólida base de um partido de massas dos trabalhadores brasileiros.

E passados os prazos fatais da legalização temos agora é que mostrar que somos um partido efetivamente diferente, transformando e organizando estes milhares, e outros tantos de filiados, em militantes. E é através dos núcleos que iremos dar esta dinâmica dentro da vida do parti-

do", conclui Bittar.

Esta preocupação é hoje comum a toda a direção do PT. Mais do que isso, ela se materializa agora, como disse Lula (ver págs. 9 a 12) na discussão e aprovação de um Regimento Interno para o partido e, em seguida, na definição de metas e prazos para a campanha de nucleação.

EM TEMPO publica aqui uma contribuição a este debate. À luz da experiência histórica do PT e de suas resoluções tópicas já aprovadas em encontros anteriores, sistematizamos os pontos seguintes que dariam a base para um Regimento Interno, no que diz respeito à nucleação e pré-convenções.

1. Os núcleos devem ser formalizados na sua existência, e para isso têm que estar formalmente registrados no Diretório distrital, zonal ou municipal em cuja base territorial atuem.

2. Os núcleos por categoria, movimento social ou local de trabalho que tenham uma base territorial de atuação diferente das dos diretórios legalmente existentes, têm também seu direito de registro garantido através do Diretório onde esteja localizada sua sede, ou através do Diretório Regional.

3. Os núcleos, com no mínimo 21 membros, devem se registrar através de carta ao Diretório onde conste o nome de seus membros, dia, hora e local de suas

reuniões, e o montante de sua contribuição financeira mensal.

4. Os núcleos elegerão um Coordenador, um Secretário e um Tesoureiro destituíveis a qualquer momento.

5. A condução política real dos diretórios municipais deverá ser dada pelas Executivas legais e pelo Conselho de Representantes dos Núcleos, ambos integrados numa mesma instância de direção e execução das linhas traçadas pelas convenções.

6. Os núcleos devidamente registrados participarão do Conselho de Representantes de Núcleos através de um delegado para cada 21 membros, até o limite de três delegados.

7. No interior de cada Diretório deverão ser organizadas as Secretarias - sindical, movimentos populares, estudantil etc - que reunirão membros das Executivas destacados para este fim e os delegados dos núcleos que têm sua esfera de intervenção política numa destas instâncias, com o fim de estruturar, planejar e dirigir a ação do partido nos respectivos movimentos e lutas sociais.

8. Nas regiões metropolitanas - subdivididas em zonais ou distritais — a Executiva estadual do partido deverá tomar a iniciativa e criar estas Secretarias englobando delegados dos respectivos núcleos que tenham sua intervenção política no âmbito metropo-

litano. Ou seja, o critério para a criação das Secretarias não deve se prender à divisão territorial do Tribunal Eleitoral, mas sim à realidade política efetiva das lutas sociais.

9. Todas as convenções municipais do partido - mesmo aquelas previstas no artigo 14 dos Estatutos - devem ser precedidas de pré-convenções com a participação aberta a todos os filiados ao partido naquele Diretório. As deliberações destas pré-convenções não têm força de lei, mas a orientação e a prática do partido devem ser no sentido de que elas sejam efetivamente deliberativas daquilo que as convenções decidirão, como forma de fazer juz ao nosso compromisso de um PT realente democrático, onde o poder a todo momento emane de fato das bases do partido.

10. Todas as convenções estaduais e nacionais do partido igualmente serão precedidas de pré-convenções, dentro do mesmo caráter, onde as bases do partido estarão livremente representadas através de delegados dos núcleos numa proporção a ser fixada anualmente pelas respectivas pré-convenções anteriores.

11. O PT fará realizar convenções e pré-convenções pelo menos uma vez por ano em todos os seus níveis.

Minas: No maior estado do país em número de municípios

A vitória da legalização, apesar da geografia e de Golberri

São Paulo / Osasco Dois passos à frente, dois passos atrás

Por Irandi Silva

O PT de Osasco reunia condições ideais para realizar um processo rico e educativo de pré-convenção e convenção. Havia um problema importante a resolver, a consolidação da unidade do partido, dividido entre os adeptos do Sr. José Pedro da Silva, apoiados pelos membros do jornal "Companheiro", e diversos outros setores, incluindo setores católicos, independentes e diversas outras correntes políticas. Mas, o número de filiados, a manutenção da estrutura de núcleos e o funcionamento da inter-núcleos, propiciavam uma base política razoável para uma resolução madura destas questões.

No entanto, o caminho escolhido para a resolução destes problemas, não foi o mais feliz. No período que antecedeu a pré-convenção, a inter-núcleos sintetizou as opiniões dos vários núcleos num documento que colocava questões decisivas para o PT a nível municipal e nacional, tais como a Greve Geral, campanha contra o desemprego, garantia da democracia interna no partido etc.

Mas, todo esta discussão sempre teve como pano de fundo a preocupação, por parte de alguns, de torná-la um adorno, um enfeite para obscurecer o verdadeiro processo que estava acontecendo: um cambalacho, um conchavão sem base política com a ala menos democrática do partido.

Setor Divisionista

O resultado foi que, na pré-convenção, aprovou-se uma chapa escorada em três "nomes de consenso" (Henos Amorina, J. Pedro da Silva, J. Ibrahim), com um programa político importante, mas pouco discutido. Vários núcleos que tinham realizado um verdadeiro trabalho de PT

no decorrer do ano, tiveram sua participação sacrificada.

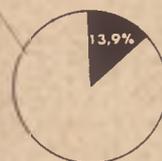
Já na pré-convenção, os membros do núcleo dos trabalhadores alertavam a todos para a frouxidão da base política que sustentava a chapa, o erro de não se basear nos núcleos a escolha dos nomes e a superficialidade nas discussões.

E os resultados não se fizeram esperar. Dos três nomes "de consenso", considerados importantes para a unidade do partido na região, dois se retiraram da chapa logo em seguida. Mas, o caldo entornou mesmo quando passou-se a discutir a presidência do partido e a composição da executiva.

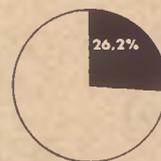
Logo na primeira reunião do diretório, um dos membros da ala do Sr. José Pedro da Silva ameaçou não levar para votar na convenção as pessoas do seu núcleo, caso a maioria da executiva não lhes fosse cedida. Após reuniões, reuniões e mais reuniões, marca-se para a noite de domingo, após a convenção, a escolha da executiva. Ali, inconformados com o que lhes era oferecido (2 cargos em 5), a ala do Zé Pedro retira-se da executiva, embora, ao que tudo indica, continuará a participar do diretório.

Assim, curiosamente, quase que se volta ao ponto de partida. Como saldo deste processo, nem houve um fortalecimento das bases do partido, nem houve a consolidação da sua unidade política. É fato que se chegou a uma executiva mais homogênea, e que existem condições boas para um avanço do PT na região. Mas, o custo político deste processo foi muito alto. Inúmeras e desgastantes reuniões, conchavos seguidos, acordos políticos pouco claros, exclusão de pessoas.

Número de municípios com convenções realizadas sobre o total de municípios do estado (722 municípios)

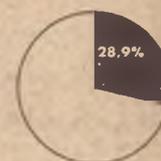


Até dia 21/6



Até dia 26/7

Número de eleitores dos municípios com convenções realizadas sobre o total de eleitores do estado (5.810.387 de eleitores)



Até dia 21/6



Até dia 26/7

Em Minas, no período recente, por duas vezes se assistiu a uma formidável disputa entre a geografia e os movimentos populares. A primeira ocorreu no início de 1979 quando da greve dos professores mineiros. A paralisação se estendeu a mais de 400 cidades do estado e o esforço de fazê-la alcançar cada ponta de Minas era fundamental para garantir uma posição de força nas negociações com o governo Francelino. Agora estamos assistindo à segunda grande disputa: da legalização do PT.

Só que no caso, a geografia é coisa dos homens, da política e do clientelismo. Só mesmo a disputa de favores ao Executivo, a criação de currais eleitorais pela disputa dos votos pôde gerar o milagre de fazer surgir 722 unidades administrativas municipais em um estado de 587 mil km². Desses 722, apenas 34 têm mais de 50 mil habitantes hoje.

Com a edição da nova lei orgânica que regula a formação dos partidos, a qual prevê a necessidade de se formar diretórios em pelo menos um quinto dos municípios do estado para nele se legalizar, deuse o casamento entre a velha política da clientela e o maquiavelismo do Planalto.

Sem dinheiro, sem contar com o apoio institucional de nenhum parlamentar, o PT teria que repetir "a frio" o esforço dos professores em 1979.

A vitória da legalização

Os números da legalização em Minas, divulgados agora pela comissão estadual provisória revelam que mais uma vez a geografia cedeu diante do apelo e da militância popular. Já no dia 21 de junho, foram realizadas convenções em 101 municípios do estado. Até o dia 26 de julho, haverá convenções extraordinárias em mais 88 municípios, os quais, somados aos primeiros, abrangerão um contingente de 3.265.771 eleitores.

A opção por dividir as convenções em duas etapas não foi apenas em função das dificuldades especiais da legalização no estado. Era a única forma de garantir que os petistas de Belo Horizonte e dos centros maiores, mais conhecedores das normas legais, nas quais as convenções devem ocorrer, viajassem em bloco para o interior para evitar a perda de diretórios por pequenos erros burocráticos.

(da sucursal)

Belo Horizonte / Contagem Democracia é prá valer

Em dois diretórios, regiões com densa presença operária, a força da democracia renova e unifica o partido.

Com quase 200 mil eleitores, composta basicamente de operários e de assalariados de baixa renda, a 28ª zona eleitoral de Belo Horizonte é a maior das sete em que se divide a cidade e onde o PT tem o maior número de núcleos organizados em bairros. É também onde a exigência para a legalização é maior: são necessários 630 eleitores filiados.

A pré-convenção nesta zonal confirmou as expectativas anunciadas na convocatória: "no Partido dos Trabalhadores quem decide são as bases! A lei que o governo impõe para a criação de novos partidos não permite a livre discussão e participação dos filiados. Mas o PT não se dobra: no dia 14 realizaremos um encontro de todos os militantes da zonal (filiados ou não) onde colocaremos em prática a nossa idéia de democracia."

Assim, na data prevista, 130 militantes que se reuniram previamente nos núcleos e também se empenharam na entrega de mais de mil convocações para todos os filiados, discutiram as experiências de organização do PT nos bairros e as lutas a serem levadas. Entre elas, a proposta de greve geral apresentada por Lula no 1.º de maio.

O outro ponto importante foi a escolha da direção zonal que se pautou pelos critérios básicos de trabalho na construção do partido e de representatividade nos movimentos sociais. Elegeu-se, assim, uma chapa unitária cuja executiva é composta por quatro trabalhadores, todos

com militância sindical, comunitária ou pastoral.

Contagem: curando as feridas

Uma outra pré-convenção, realizada em Contagem, o maior centro industrial de Minas, mostrou a força da renovação e da unidade que a prática da democracia traz ao partido. Lá se reuniram 135 trabalhadores, em sua maioria da construção civil, metalúrgicos, professores e biscateiros para eleger unitariamente uma direção para o partido na região.

Inicialmente foram feitas reuniões em 18 núcleos onde eram indicados os nomes para compor o futuro diretório. A partir daí, se fez uma reunião de representantes de núcleos para discutir a partir de 60 nomes indicados, uma proposta unitária a ser apresentada na pré-convenção.

Esse processo se deu na preocupação de evitar os erros cometidos na eleição da comissão municipal provisória, quando um número expressivo de militantes anularam o voto em protesto pela atitude de algumas forças que se fecharam a uma chapa unitária.

Ao final, todo este esforço foi recompensado com a eleição de uma chapa com significativa presença operária e representativa dos diversos núcleos. Assim, restaurou-se muito do clima de construção de um PT de massas em Contagem, que será decisivo para o futuro da organização popular na região.

(da Sucursal)

PRÉ-CONVENÇÕES
ESTADUAIS
E NACIONAL

Os temas
em debate



São Bernardo dá a linha

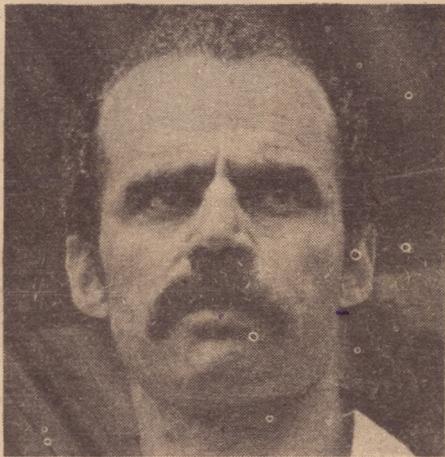
Direto do ABC, o berço do PT, um debate exclusivo para o *EM TEMPO*. Lula, Djalma, Expedito e Gilson — quatro sindicalistas e ao mesmo tempo dirigentes partidários a nível nacional, estadual e municipal — falam dos temas que estarão em pauta nas pré-convenções que o PT vai agora realizar.

Por Marcelo Zugali, Virginia Pinheiro e Flávio Andrade

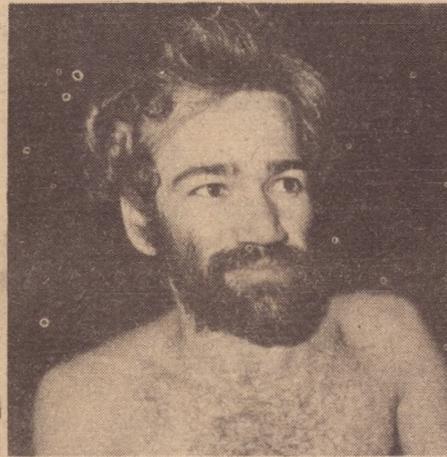


Fotos: Jesus Carlos

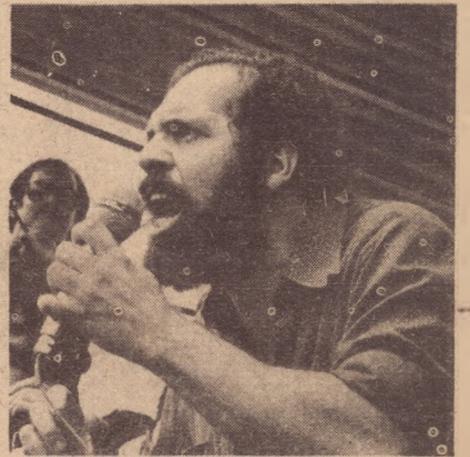
Lula



Djalma



Expedito



Gilson

Ninguém mais autorizado para dar um balanço e sugerir a linha que o PT deve seguir agora: Lula, o presidente do partido; Djalma Bom, membro da direção estadual paulista; Expedito Soares, presidente na municipal de São Bernardo; e Gilson Menezes, presidente da municipal de Diadema. Deles, enquanto dirigentes das lutas do ABC, nasceu a própria idéia do PT. Também através deles o partido, em níveis variados e importantíssimos, do municipal ao nacional passando pelo estadual, viveu uma enorme e rica soma de experiências e problemas ao longo do último ano. E deles, em grande medida, por decorrência, depende o próprio futuro do partido.

Como se isso não bastasse, o papo que *EM TEMPO* teve com este quarteto no último fim de semana na casa de Lula não foi apenas agradável, descontraído e entrecortado de piadas e até mesmo algumas polêmicas. O encadeamento dos temas, sua abrangência ampla e a profundidade e justeza com que foram tratados, fazem deste debate não apenas um documentário. Mas, principalmente, um instrumento de subsídio e luta importantíssimo para a preparação das pré-convenções que enfrentaremos agora nos próximos meses. E é com esta intenção que *EM TEMPO* publica agora este suplemento especial de quatro páginas como contribuição à consolidação do partido.

1
A tarefa central para a consolidação do partido: um plano nacional de nucleação

Prá começar, como está o PT agora na reta final da legalização com seus 200 mil filiados?

— **Lula:** Eu acho que efetivamente a partir do dia 21 a gente vive alguns momentos de grande glória dentro do PT. Este partido

na minha opinião cresceu muito mais rápido do que eu próprio pensava que ele crescesse. Em segundo lugar o partido conquistou aquilo que se propunha no sentido de se tornar efetivamente um partido de massas.

Lula: O partido hoje já está grande e não dá mais para aceitar uma atuação frentista dentro do PT.

Mas não podemos ficar só nisso. Há problemas; o debate político, o debate ideológico dentro do partido, vai ter que surgir mais dia menos dia. Entretanto nós temos que fazer uma força muito grande para evitar aí o ranço ideológico, o que é muito diferente do debate ideológico, sabe. O ranço para mim é aquele

peçoal que se acha dono da verdade absoluta, que não quer colocar nada em discussão, que acha que o que ele pensa é a pura verdade. Então eu acho que temos que abrir o debate e levar a classe trabalhadora para este debate, porque este será um outro momento de grande comemoração para o PT, quando tivermos milhares de trabalhadores dentro do PT realizando a sua definição ideológica...

— **Djalma:** Um parenteses aí, Lula, que é um outro desafio enorme que temos agora pela frente: é a questão da formação de quadros dentro do partido. Formar quadros, trabalhadores mesmo, para dirigir este partido que é e deve continuar sendo da classe, e dirigido por ela mesma. Os trabalhadores não podem abrir mão de... estarem eles mesmos na frente do partido. Se não resolvermos este problema através da formação de quadros nós estaremos entregando uma propo-

posta que nasceu da necessidade da classe trabalhadora na mão de outras pessoas que, mesmo bem intencionadas, tem o problema aí da realidade mesma da classe trabalhadora.

— **Lula:** Veja Djalma, eu não tenho tanto o receio de outras pessoas se apoderarem do partido; este perigo é consequência muito mais da falta de participação da massa dentro de alguma organização. Num negócio volumoso não é fácil alguém se apoderar de uma coisa assim não...

Djalma: A formação de quadros é urgente para que o partido seja dirigido realmente por trabalhadores.

— **Mas está cheio de exemplos na história da classe operária, no mundo todo, de organizações**

degeneradas nos mais variados graus...

— **Lula:** Não, nós temos que fazer formação de quadros sim, mas sem cair no erro do esquerdismo e dogmatismo que até hoje tem predominado na formação de quadros das organizações de esquerda no Brasil. Não queremos formar aí... o stalinistazinho não, sabe. Nós temos é que formar os trabalhadores politicamente, dentro de uma concepção de partido onde ninguém é absoluto; onde o único absoluto é o povo. Onde a concepção não é de que o partido é que faz a revolução, mas é o povo que faz a revolução independentemente do partido porque você pode ter a situação onde há o povo e mais do que um partido. Este tipo de coisa nós temos que colocar abertamente para o povo discutir.

Mas a minha preocupação sobre os passos seguintes do partido é um pouco antes disso. Primeiro, este partido não é ain-

da o partido dos sonhos... pelo menos meu não é. Porque que não? Porque o PT que está na minha cabeça, na sua e de todo bom petista, é um onde em cada vila deveria haver um núcleo — e não apenas com 21 militantes como está estabelecemos há mais tempo e que muita gente inclusive achou demais; aquela gente que achava que o PT era um partido tático e que seu partido é que era estratégico. Na verdade não se pode imaginar um partido de massas da classe trabalhadora sem que em qualquer vila de São Paulo não tenha um núcleo. Núcleos com mais de 21 membros - 50 ou 60 - para que as pessoas levem a sério a questão de trazer a classe trabalhadora para dentro do partido. Do contrário teremos tendinhas com meia dúzia de pessoas e isto não dará em nada para a classe. Senão, você vê como agora nas convenções que determinam os grupos corriam prá cá e prá lá montando núcleos fantasmas para poder disputar a hegemonia dentro do partido, em determinados setores. E isso ainda existe porque o partido ainda não é verdadeiramente de massas; a classe trabalhadora ainda não está participando com toda a sua grandiosidade de dentro do partido.

Para isso a Comissão Nacional deverá apresentar até as convenções estaduais um projeto de nucleação estabelecendo um mínimo para cada núcleo de forma a que num estado como São Paulo com 13 milhões de eleitores — já que o PT não pode gastar o tanto de dinheiro que o partido mais pobre deste país já gastou, ou que algumas organizações podem gastar — então o PT vai ter que ter sua sustentação de base. No exemplo, teríamos que, se o núcleo é de 30 pessoas, num estado como este teríamos que, em um ano, criar pelo menos cerca de 13 mil núcleos. Isso não é difícil não; basta que o partido, como foi no caso das filiações, defina uma política de nucleação.

grande imprensa, e temos que urgentemente caracterizar melhor uma linha política e doutrinária do PT através desta imprensa, em função do programa do nosso partido.

Pois bem, se agora a partir das convenções regionais, conseguimos sair firmes com este plano de nucleação e com uma imprensa nacional sólida e eficaz então, daqui a um ano, nas eleições do ano que vem, eu tenho a certeza de que seremos se não o maior, pelo menos um dos três maiores partidos deste país.

— **Expedito:** Eu tenho aí uma dúvida, viu Lula, sobre esta nucleação. Tenho receio de que por falta de humildade de muita gente que fala melhor e lê mais do que os trabalhadores que esta nucleação possa levar a uma perda de controle no crescimento do partido...

— **Gilson:** Mas isso não é assim não; se tiver direção funcionando, linha clara, propostas de ação, material centralizado etc, é até o contrário. Quanto mais crescer o partido mais ele estará defendido de usurpações...

— **Expedito:** Sei não; um crescimento descontrolado de núcleos pode começar a cada um querer ter o seu petezinho e tal...

— **Lula:** Não, Expedito, a época do petezinho já acabou. Nós vivemos aqui em São Bernardo a época do petezinho, sabe, a época onde se debatia terça, quinta, sábado e domingo, e onde não se tinha um pórra dum núcleo. Isso era no Brasil inteiro. Quando a gente fazia reunião da Comissão Nacional ampliada com dois representantes de cada estado e perguntávamos: quantos filiados tem em seu estado? Ninguém era objetivo. Mais ou menos tanto, diziam. E a gente trabalhou um ano em cima do mais ou menos. Mas quando a gente começou o processo de filiação, então veio junto o processo de depuração. Saiu o pessoal do Rio Grande do Norte, o pessoal da Paraíba, daí o caso do pessoal de Pernambuco e

será tanto mais atuante quanto mais atuante for a Comissão Municipal; o mesmo das municipais em relação às estaduais e dessas para a nacional.

Eu não tenho receio quanto a este perigo de abrir e perder o controle. Nós temos é que abrir mesmo para a massa trabalhadora e, ao mesmo tempo, dar orientação para a discussão e ação nos núcleos.

Gilson: O PT sofre as limitações financeiras próprias da classe. E isto tem que ser levado em conta para se medir o significado de nossa vitória.

— **Gilson:** Uma outra dificuldade ainda muito grande é a falta de dinheiro. Para dar um exemplo, a gente em Diadema, para fazer a publicação do edital convocando para as convenções, tivemos que fazer uma vaquinha entre o pessoal e tirar dinheiro mesmo de quem está desempregado. O mesmo para tirar um boletim etc. Mas acredito que com o passar do tempo, os trabalhadores entendendo o PT, esta dificuldade vai sendo superada.

— **Djalma:** Eu mais do que ninguém senti e sinto o problema financeiro do PT (Djalma é tesoureiro da direção estadual paulista — N.R.); mas é justamente nestas condições que o partido vai nascendo, apoiado na colaboração de todos que o vêem como uma táboa de salvação. Esta realidade é até mesmo um documento que temos que guardar para frente como símbolo da nossa luta.

— **Expedito:** Uma coisa que tem que ser destacada hoje é que o PT é um partido diferente dos demais; não é um partido qualquer. Nosso partido se organiza de forma diferente dos outros. Daí essa coisa toda de que o sindicato vai se misturar com política, que o sindicato vai ser usado e tal, quando não é nada disso; é organizar a classe trabalhadora politicamente. Nossa vitória então é muito grande porque, além das dificuldades materiais, temos também que apagar toda essa imagem que foi criada junto à classe trabalhadora de que política é coisa suja, que não é coisa para trabalhador.

— **Como você, Djalma, interpreta esta cifra dos 60 mil filiados que se conseguiu já em São Paulo?**

— **Djalma:** Este número é já uma resposta incontestável a todos aqueles que julgavam que nós não conseguiríamos vencer as barreiras legais impostas pelo regime para a formação de partidos. Mas isso não é nada; nós ainda vamos multiplicar por muitas vezes este número.

E mais, é justamente em cima agora deste número que entra a nossa tarefa e desafio mais importante que é transformar estes filiados em nucleados, em militantes efetivos do PT. Assim é que estaremos consolidando o PT prá valer.



— **Gilson:** Mais importante ainda se levarmos em conta como foram feitas as filiações do PT, diferentemente dos demais partidos. Nós filiamos com a verdade, indo de casa em casa e dizendo o que era o PT e tal. Enquanto que outros partidos filiaram mentindo, dizendo que eram fichas para conseguir emprego, trocando siglas etc, enquanto que no PT ninguém se filiou enganado.

2 PT-partido X PT-frente: ninguém vai desnaturar este partido numa frente

A nível de programa o PT vai agora referendar seu texto aprovado no Encontro Nacional do ano passado. Mas há hoje um debate programático dentro do PT — e com consequências práticas — sobre a concepção mesma do partido: se frente ou partido; se estratégico ou tático etc. O que vocês tem a dizer sobre esta questão?

— **Lula:** Eu acho que nós vamos ter que aprimorar mais para a frente o programa do PT. Eu acho também que hoje nós ainda temos militantes dentro do PT que acham que o partido é apenas uma coisa passageira; que o

PT é apenas uma frente onde o partido verdadeiro é outro onde o cara milita, sabe, e onde ninguém sabe disso a não ser meia dúzia de pessoas. E esta preocupação nós vamos já, nas convenções estaduais ou no máximo na nacional, puxar este debate. Eu acho que a direção nacional terá o cuidado de fazer aí não o que algumas pessoas querem — uma caça às bruxas — mas chamar estes companheiros que tem uma concepção equivocada sobre o PT para debaterem e exigir uma postura deles. Aquele negócio que a gente fala de que não aceita duas camisas é prá valer; é uma verdade concreta e qualquer um vai ter nossa ajuda para lutar pela legalização de sua organização. Agora quer usar - e a gente sabe que tem — querer militar no PT, não com o objetivo de trazer gente para o partido mas de tirar gente do partido para sua organização, ser contra a construção do partido, isso não dá prá aceitar não.

Lula: Ainda não chegou o momento de milhares de trabalhadores dentro do partido realizarem a definição ideológica do PT.

Não foi ainda o momento de comprar esta briga por causa do processo de formação do PT. Mas eu acho que, no máximo até a pré-convenção nacional, isso vai aparecer numa definição do comportamento destas pessoas. O partido hoje já está grande e não dá mais para aceitar certos tipos de atuação frentista dentro do PT.

— **Djalma:** Há certos grupos ideológicos que estão inteiramente fora da proposta original

do PT, atuando com objetivos próprios que não servem à construção do partido. Nosso programa ainda não é acabado, talvez nunca termine, nunca fique pronto; estaremos sempre aprimorando em função das experiências. Mas já há uma base de concepção e temos que defendê-la de modo firme contra aqueles que querem desnaturar o PT.

3 Plano de ação imediato: o eixo é a greve geral

— **Passando para o mais imediato, o que lhes parece ser a questão central, a luta principal, que o PT deverá levar a nível nacional, passada agora a convenção? Qual a linha de ação do partido para os próximos meses no plano político?**

— **Djalma:** Até agora, a verdade é que as direções do partido, das municipais à nacional, estiveram todo mundo tateando. Agora, temos que traçar uma linha de conduta. Não podemos cair no erro de achar que o partido vai se consolidar é nas eleições do ano que vem. Elas já são importantes, e serão fundamentais. Mas antes delas está aí o problema do desemprego, da greve geral, de uma linha sindical, da participação dos nossos militantes na CONCLAT etc.

— **Tá; mas mesmo que esta discussão ainda esteja aí por se fazer, agora nas convenções, qual a opinião de vocês sobre o tema de luta central para o partido nos próximos meses a nível nacional? Até agora foi a luta contra a Lei de Segurança Nacional; foi em torno desta questão que o PT tentou organizar uma mobilização nacional. E agora?**

— **Lula:** Eu acho o seguinte sobre isso. Há três questões que não poderão sair do debate nosso. Prá mim a questão da terra continua sendo a questão mais relevante. Ao lado dela a discussão sobre o modelo econômico atual e propor efetivamente a sua reestruturação. E por fim a questão da liberdade e autonomia sindical; isso sem deixar de lado as lutas específicas do dia a dia que são fundamentais mas de outra natureza. A nível mais geral eu vejo estas três centrais.

Expedito: O papel do PT vai ser fundamental na preparação da greve, unindo os vários setores.

Por outro lado a partir da CONCLAT nós vamos ter algo muito importante que é a questão da greve geral. Nisto eu acho que o PT deve desde já discutir a questão da greve, mas o encaminhamento mesmo do problema, da luta, não deve sair na frente, antes do movimento sindical tomar uma definição sobre a greve geral. A partir desta definição, aí sim, não só o PT mas todos os partidos, devem então se lançar com tudo nesta luta. O que temos que fazer agora é levar esta discussão para as bases do PT, mas a definição nossa para valer deve ser a partir da CONCLAT.

— **Mas com a CONCLAT em final de agosto, e com o PT esperando prá ver, então o 1º de outubro como data da greve geral proposta em São Bernardo no 1º de Maio já dançou...**

— **Lula:** Se você começar a perceber o desejo da classe trabalhadora em fazer esta greve geral — e eu tenho andado no Brasil inteiro e uma das poucas coisas que a classe trabalhadora acredita neste país é isso. Então, necessariamente, não precisa ser 1º de outubro; eu acho que tem que ter a definição da coisa, com uma data pré-fixada, senão não sai. Então é isso: tirar a proposta e fixar uma data. Aí ou todo mundo trabalha para acontecer, ou então muitos vão se desmoralizar frente à classe.

Lula: Uma das poucas coisas que a classe trabalhadora acredita neste país é na greve geral.

Eu estou até fazendo um levantamento desde o começo da história operária no país: o Congresso de 1906, o de 46 etc, até o de 78 da CNTL... e o negócio é o seguinte: todo peão sabe o que quer; e isto desde o começo; desde que o capitalismo foi implantado neste país que a classe trabalhadora reivindica as mesmas coisas. Agora, não há como conquistá-las de outro jeito. Eu não creio que o governo seja bonzinho e nos atenda. Para isso ele teria que mexer em toda a estrutura do país. Então já que a classe trabalhadora já sabe o que quer, e como ela já luta por isso desde o começo do século, então, agora, é hora da gente dizer: como fazer para conquistar aquilo que queremos, tá? Eu entendo que é a greve; outras pessoas acreditam que é... uma revolução; outras entendem que é o diálogo e outras mais acham que um dia a classe empresarial vai acordar coim vontade de atender os nossos desejos. Eu, já não acredito mais nesta hipótese; então eu acredito naquilo que é o primeiro passo.

— **Avançando mais nesta questão: que desdobramentos pode ter esta greve geral, ela chegando a ocorrer? O que vocês esperam a partir daí?**

— **Lula:** Isso eu não sei pô; é especulação, e não dá prá saber mesmo não. Eu sei é que nós aprovamos uma pauta de reivindicações de oito itens. Em torno disso eu acho que vai se conversar com quem de direito neste país. Olha: tá o nosso leque de reivindicações; e então? Se não atender, a gente pára. Agora se daí vai ser uma greve por 10, 20 ou 30 dias, se por meia hora ou uma hora, eu não sei; a classe trabalhadora como um todo é que vai dizer o que tem que ser feito.

— **Mas isso de debate é agora. E na hora dela sair mesmo? Por que o que ainda não está claro é, que a greve geral, na maneira como foi definida em São Bernardo no 1º de Maio, é o que? Uma plataforma de reivindicações, uma data para a mobiliza-**

ção e uma forma de pressão — a greve em si. Mas na medida em que as reivindicações lá listadas são de fundo — e mesmo que fossem menores seria duro — como a reforma agrária, a redefinição do modelo etc, nesta medida, a greve geral diz respeito e toca diretamente na questão do poder. Então fica a questão: se a greve enquanto mobilização e pressão for bem sucedida e ocorrer, o que o PT acha que deveria ser a resposta que o movimento em greve deveria dar a esta questão do poder? A greve é para derrubar o poder? Ou é para dividir o poder? Ou é para entrar para o poder?

— **Lula:** Não, a gente é bem mais humilde nisso... O que a gente quer é participar...

— **Participar do poder que aí está?**

— **Lula:** Participar da confecção de tudo que for feito neste país.

— **Mas participar com quem e como? Porque o poder é o que está aí.**

— **Lula:** Não, nós queremos é determinar...

— **Mas, como eles não vão deixar o lugar, então é tomar mesmo? Se é assim, como é que isto vai ser proposto na hora H? Sob que forma? Com que aliado? Contra quem? etc. Enfim, qual é a proposta de poder do PT no meio da greve geral?**

— **Lula:** Não, não; você está complicando. O que a gente quer é participar. Por exemplo, quando se vai discutir a questão energética, a classe trabalhadora tem que dizer o que deve ser feito...

— **Dizer? Qualquer um pode dizer, e o que quer. O problema é o do poder; ou seja, a quem o governo escuta?**

— **Lula:** Mas vai escutar muito menos, vai deixar muito menos, se a gente ficar é de braço cruzado, sem fazer nada, e pedindo. Veja bem: na Polônia também eles não deixavam; e agora não estão deixando? Tai negro; lá, antes, eles também não deixavam e agora estão tendo que deixar. E o Walesa disse que eles não querem o poder. Nós também não queremos o poder... (com um sorriso entre o irônico e o provocativo), o que nós queremos é participar, se eles fizerem o que nós achamos que deve ser feito, não interessa quem esteja lá em cima.

— **Bem, a coisa já está virando debate; ainda não deu prá vender o peixe da constituinte; vamos passar prá frente.**



— **Expedito:** Eu só queria acrescentar nesta questão da greve geral o PT tem um papel muito importante.

A partir dos núcleos de base temos a função de orientar as diferentes categorias profissionais para que procurem os seus sindicatos e pressionem no sentido de que eles assumam a luta pela greve geral.

— **Djalma:** Depois das lutas de 78, 79 e 80 ficou clara a limitação das lutas isoladas. Em 1981 isto ficou patente. O regime, desencadeou uma repressão tão grande que botou o movimento sindical na parede. Mas nós não podemos ficar parados; temos que avançar e tentar mudar a correlação de forças atuais.

E tem que ficar claro que a afirmação do PT enquanto um partido efetivamente dos trabalhadores, necessário para suas lutas, vai se mostrar agora, ocorrendo esta greve e o partido se empenhando para que ela saia, para que ela tenha sucesso.

4 Linha sindical: o PT deve assumir as posições do sindicalismo combativo do nosso país

— **Deixando de lado a questão da luta central do PT nos próximos meses e passando para um outro tema, ainda que estreitamente ligado mas, em certa medida, mais geral: a linha sindical do PT. Que papel isto tem no entender de vocês na consolidação do partido? Quais os passos para o PT vir a ter uma linha sindical e, mais do que isso, aplicá-la como um partido?**

— **Djalma:** Temos que abrir já uma ampla discussão sobre isto e nós, enquanto direção, munciar-mos as bases para a definição de uma política sindical para o partido.

Gilson: O fundamental de uma linha sindical hoje é o PT orientar a luta pela democracia dentro dos sindicatos.

— **Gilson:** — Um ponto fundamental desta linha vai ser os militantes do PT lutarem sempre e em qualquer lugar pela

Lula: Precisamos de uma decidida política de nucleação para evitar que o partido saia dos seus rumos e caia no eleitoralismo. E necessitamos de um jornal nacional do PT para precisar sua linha política e doutrinária.



Este desafio a gente vai fazer como única forma deste partido não sair de seus verdadeiros rumos e não se tornar, sob pressão das eleições do ano que vem, um partido comum, eleitoral, que joga todo o seu potencial em cima do resultado das eleições. Portanto a política de nucleação é fundamental.

Em segundo lugar, um outro passo decisivo e urgente, agora, é a Comissão Nacional criar a sua imprensa, seu jornal a nível nacional. Não podemos mais ficar subordinados aos caprichos da

o caso do Sr. Osmarzinho aqui em São Bernardo.

— **Gilson:** Eu tenho dúvidas se estas pessoas não estavam querendo era mesmo implodir o PT...

— **Lula:** Acho que não, Gilson; estavam a fim era de militância política como muita gente entende que é neste país: uma discussãozinha por semana e nada de pegar prá capar. Mas veja Expedito: se em São Bernardo temos 150 bairros, então o PT aqui, dentro de um ano, terá que ter pelo menos 150 núcleos; e ele

democracia dentro dos sindicatos. Garantindo a democracia dentro dos sindicatos, então os trabalhadores de cada categoria saberão dar a linha para o sindicato.

— **Lula:** Eu acho que esta questão de linha sindical não é a questão central hoje do partido. Na verdade esta discussão surgiu a partir do fato de em algumas eleições sindicais aparecerem duas ou três chapas de gente do partido — o que também ocorreu no movimento estudantil. Mas é besteira a gente pensar que linha sindical pode por fim nisto. Porque as divergências não estão na linha sindical mas sim na linha ideológica das pessoas. Os programas de chapas são basicamente os mesmos; as diferenças são ideológicas. Então eu acho que o partido não deve ter uma linha para o movimento sindical; ele tem que tentar captar aquilo que é a linha do movimento sindical mais combativo e pegar aquilo como parâmetro das suas posições e de suas discussões a nível de base.

O que eu concordo é que os dirigentes sindicais que são do partido precisam se reunir e discutir para darem subsídios à discussão geral sobre o assunto dentro do partido. Por exemplo, o que o PT pensa a respeito de uma CUT — temos que ter uma definição — o que queremos quando defendemos liberdade e autonomia sindical. Nós precisamos também definir o que entendemos por unidade sindical e pluralismo sindical. Eu por exemplo tenho uma concepção, que pode até ser errada, mas que só poderá ser aprimorada na medida em que a gente abra esta discussão entre os dirigentes sindicais que compõem o partido; não só entre os dirigentes sindicais, mas também entre os trabalhadores e estudiosos que queiram discutir a coisa.

Então eu acho que esta discussão é necessária e tem que surgir e já dentro do partido; nem que seja para a gente definir se o PT deve ter ou não uma linha sindical; e eu acho que ele não deve ter; o que deve é assumir a linha do movimento sindical mais combativo. E tem outra coisa: nesta questão a gente tem que ser maleável; por exemplo eu divirjo do Olívio Dutra em certas questões sindicais. A CUT por exem-

plo. Mas nem por isso eu ou ele teremos que estar fora do partido. Tem questões muito mais relevantes e que unem a gente que é o projeto social e isto é que é o fundamental.

5

Regimento Interno: o decisivo é regulamentar os núcleos de base

— **Passando para as eleições do ano que vem. Qual deve ser a linha do partido?**

— **Lula:** Em primeiro lugar, tudo que for falado aqui é em caráter pessoal, pois o partido ainda não discutiu. Mas já temos uma definição preliminar: fusão nunca, e coligação quando interessar. Em princípio lançaremos candidatos próprios em todos os níveis, mas temos que ser inteligentes para analisar as peculiaridades regionais e, quem sabe, agir diferente de estado para estado. Esta foi a posição que tiramos já no ano passado.

— **Mas, por exemplo, em qual estado pode ser o caso de vir a agir diferentemente?**

— **Lula:** Eu não sei; mas eu, eu tenho é batido na tecla de que nossa preocupação básica não deve ser aquela de muita gente por aí que diz que o fundamental é não deixar o governo ganhar, que não podemos deixar a oposição perder. A minha preocupação é outra, porque o fundamental não deve ser a troca da banda de quem vai na cadeira, mas no projeto político de um candidato de oposição. Por isso a minha posição pessoal é de que o partido tem que estar imbuido da idéia de lançar candidatos próprios em todos os níveis independentemente do que acontecer.

Outra questão é a do critério de escolha dos candidatos. Com

a exceção dos atuais parlamentares que são candidatos natos, todos os demais e, serão milhares de candidatos que o PT deverá lançar — terão que sair das bases, principalmente no caso dos vereadores, de reuniões por bairros, em função da representatividade que o cara tenha na sua base. No PT não vai ter esse negócio do cara ser candidato porque quer. Mas esta discussão hoje é prematura, mas nós temos que levá-la dentro do partido depois da convenção nacional.

Esta discussão ainda vai ser feita. Depois da convenção nacional temos que fazer um estudo a nível nacional, um levantamento sobre as várias realidades e nossas possibilidades, que seja então um subsídio para descer a discussão para os núcleos; em seguida convocar o partido a nível nacional para então definirmos isso.

Mas de uma coisa eu já tenho certeza: independentemente do regime, da vontade dos partidos de oposição, independentemente de se o Lula vai ser candidato ou não, o PT vai ser o grande ganhador de votos nas eleições. É só pagar para ver.

— **Expedito:** Tem que ver também que neste negócio de coligação o argumento muito usado de que se as oposições se dividirem o PDS então ganha é algo meio furado. Eu acho que tem muita gente por aí exagerando na força do PDS.

— **Djalma:** Prá mim o fundamental é que o PT terá que correr dentro de uma faixa própria. Eu acho também que nas eleições é a própria independência política do partido, na sua consolidação, que vai estar em jogo.

Djalma: Este debate tem que ser feito é depois das convenções. Mas o PT vai ter que correr em faixa própria. Nas eleições é a própria independência do partido que vai estar em jogo.

— **Lula:** A questão de fundo prá mim é que, eu tenho muito, muito medo mesmo, destas alianças com a burguesia, sabe. Porque num determinado momento, você acredita que a aliança é o passo necessário para você chegar ao poder; mas o que acontece é que se você consegue assim chegar lá, então, em determinado momento, pode então vir outro golpe militar e liquidar a gente, massacrar.

Então esse negócio de aliança, pacto social, como muitos estão dizendo por aí, ou então de uma constituinte, de um ordenamento jurídico novo, sabe, como se por aí fosse o primeiro passo — você convoca uma constituinte hoje para daqui a 10 anos, numa greve, o exército vir novamente massacrar a classe trabalhadora, prender e matar como na Argentina, por exemplo — tudo isso como forma de contentar os setores que não estão satisfeitos

por não estarem mamando nas tetinhas do Brasil, nesta nós não devemos entrar. Podem dizer que sou sectário, que sou obreirista mas, se ser sectário ou obreirista for isso, então eu sou mesmo, estou com a classe trabalhadora e não abro, porque eu sei que a corda vai romper é em cima da gente. A gente não pode fazer concessões neste sentido de jeito nenhum.

6

Eleições/82: candidatos próprios para todos os níveis e cargos

— **É isso aí, exceto esta identificação da constituinte com pacto social, o que valeria uma discussão noutra momento. Mas deixa prá lá. Prá ir terminando, e sobre o Regimento Interno, que é um dos pontos em discussão agora no partido. Qual é a proposta de vocês?**

— **Lula:** O Regimento Interno é fundamental para garantir a democracia interna do partido, indo além das limitações da lei. Em primeiro lugar a definição dos núcleos: número, forma de funcionamento etc. E nisto temos que deixar claro uma forma que leve à participação da massa no partido através dos núcleos. Por exemplo, o critério que se aprovou aqui em São Paulo para a pré-convenção estadual, de 10% de presença dos filiados na reunião para tirar delegados, é um critério ruim e que levou a que o povo não participasse das pré-convenções municipais. Um lugar com mil filiados terminou tendo apenas 100 nas reuniões, por exemplo. Ora, que democracia é esta? A grande maioria não sabia sequer que haveria as reuniões. Isto porque tem certas tendências do partido que sabem que somente vão conseguir impor seus nomes se a massa não estiver participando. É para evitar este tipo de coisa que precisamos de um Regimento Interno já.

Isto tudo vai ser muito facilitado com o Regimento Interno e inclusive com esta massificação e nucleação eu acredito que a própria luta de tendências dentro do partido vai começar a acabar. Eu senti muito na pele o que foi o sectarismo dentro do PT — e você deve ter sentido mais do que eu o sectarismo de certas tendências. Mas agora, quem era sério ficou provado, e quem queria só manobrar se desnudou. Ou seja, o espaço para as enganações e manobras acabou e tende a acabar cada vez mais.

Tudo isso vai ser mais bem resolvido com o Regimento Interno.

7

Solidariedade internacional: ampliar a nossa luta junto com todos os povos do mundo

— **Por fim no plano internacional como vocês acham que o PT deve dar desenvolvimento às suas lutas, à sua solidariedade, sua política de contactos e, quem sabe, até mesmo à sua busca de definições?**

— **Lula:** Na minha opinião pessoal é cedo para maiores definições. O partido tem que continuar na sua linha de programa, solidário a todos os povos oprimidos, dos sandinistas aos poloneses passando por muitos outros. Temos também que ampliar as viagens e contactos com todas as correntes e nos vários continentes. Temos também que dentro da estrutura do partido criar as secretarias especiais para assuntos internacionais, cada uma para cada região ou continente do mundo, como forma de efetivamente fazer com que o PT seja conhecido e presente nas lutas de vários povos do mundo. A meta hoje é o partido se internacionalizar neste sentido; agora ainda é cedo para filiações a qualquer corrente; esta é uma discussão ainda para o futuro junto com a discussão sobre as definições ideológicas que o partido ainda tem por fazer mais adiante.

— **Gilson:** O curioso Lula, é que você viajou por aí, conversou com todas as tendências, e tem muita gente aqui que fica dizendo que você é social-democrata...

— **Lula:** Eu acho normal que alguns digam isso. A maioria dos que falam que sou social-democrata estão fora do PT. E o engraçado é que ao mesmo tempo em que falam que estou ligado à social democracia eles estão aqui ligados com o que há de pior no país. Para mim o problema é outro. Eu não estou preocupado como muitos destes estão — em me dizer revolucionário ou não. Eu não sou pretencioso a este ponto. Eu acho que há várias experiências no mundo, experiências de lutas muito diversas, cada uma respondendo à sua realidade. Você tem Nicarágua, Cuba, Polônia, União Soviética etc. Todas são muito ricas e de cada uma delas nós temos o que aprender. Mas em função de nossa formação, de nossa cultura e de nossa realidade, o fundamental é que a gente descubra como fazer aqui, qual o nosso caminho, qual a nossa forma de luta, qual a nossa forma enfim de fazer aqui o que eles fizeram lá.

Ajudando a construir o PT

Jornal EM TEMPO

À Editora Aparte S.A. • Rua Francisco Leitão, 57 • Pinheiros - SP • CEP: 05414 • Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual

Comum: Cr\$ 800,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

No passado e no presente, a essência do PT

A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores

Uma análise da trajetória do PT, desde o seu lançamento em 1979 até hoje, feita por um de seus fundadores.

Por Paulo Skromov (*)

Hoje, quando o Partido dos Trabalhadores, na iminência da conquista da legalização inaugura uma nova e decisiva etapa de sua construção como partido proletário de massas, o levantamento da história do Partido joga um importante papel orientador nesta caminhada.

Foi a fidelidade aos princípios estabelecidos firme e claramente desde suas origens que permitiu que o P.T. chegasse até a realidade que é hoje.

Em qualquer organização humana, a origem é fator de peso no desenvolvimento futuro. No caso de um partido proletário em um país como o Brasil e, mais ainda, no quadro da crise de direção do movimento operário a nível mundial que se arrasta há várias décadas, a questão da origem, sem dúvida, torna-se decisiva.

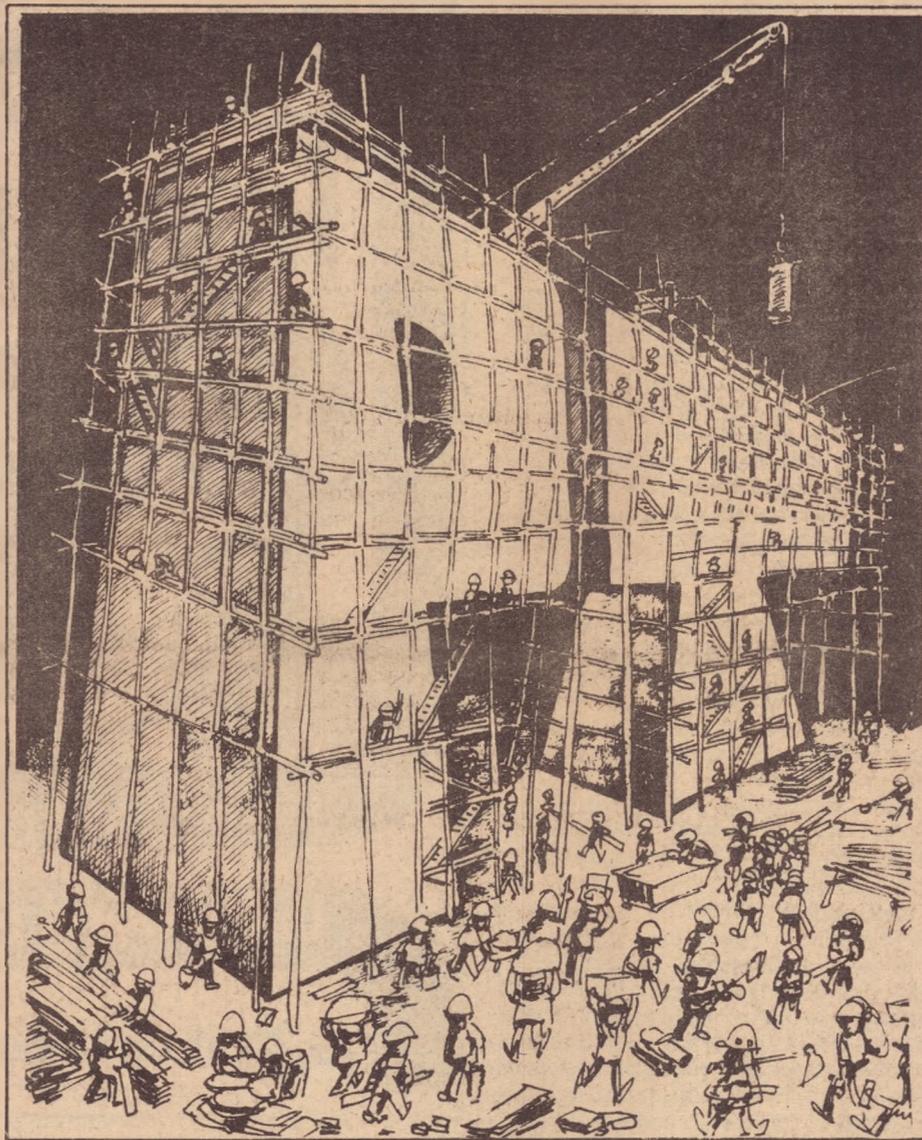
O PT tem uma boa origem. Seu berço foi o movimento sindical mais combativo do país. Sua necessidade foi sentida angustiosamente na luta diária dos trabalhadores que enxergavam a limitação da organização puramente sindical, a armadilha constante dos partidos burgueses e a inviabilidade das pequenas seitas.

A idéia da autonomia política dos trabalhadores aterrorizou os exploradores e os seus políticos profissionais e bestificou a esquerda oportunista, gente que sempre usou e manipulou o operariado brasileiro.

Toda sorte de obstáculos e desvios se apresentou no caminho desse punhado de dirigentes sindicais que iniciou a luta pelo PT. Às vezes, eram ataques e ameaças diretas dos inimigos declarados; outras vezes, eram insinuantes propostas de casamentos e fusões de supostos aliados. Se algumas vezes alguém vacilou, o conjunto sempre se manteve fiel ao objetivo e seguiu adiante.

Diziam-nos: essa proposta é muito fechada e estreita! E ficávamos pasmados e preocupados. Como poderia ser fechada e estreita se ela é a única que é suficientemente larga para conter os trabalhadores que sempre ficaram de fora das outras propostas "mais abertas"? Tentavam nos confundir. O medo de que podíamos estar errando, diante de tantas advertências dos doutores da política, se alguma vez nos assaltou, desaparecia completamente quando víamos o entusiasmo com que o trabalhador simples da fábrica e da roça acolhia a proposta. Estávamos no rumo certo.

Os obstáculos é que foram construindo o Partido. A nossa imaturidade política inicial não pode permanecer por muito tempo diante dos ataques e armadilhas em nosso caminho. Superamo-nos, mas a obra, o PT, nos superava ainda mais. A desorganização começou a desaparecer com a histórica plenária nacional de 13 de outubro de 1979, quando regulamentamos os núcleos e definimos os rumos para a estruturação nacional do Partido. Tal como uma bola de neve crescíamos vertiginosamente.



Diziam-nos: esta proposta é muito fechada e estreita! E ficávamos pasmados e preocupados. Como poderia ser fechada e estreita se ela é a única que é suficientemente larga para conter os trabalhadores que sempre ficaram fora de outras propostas "mais abertas"?

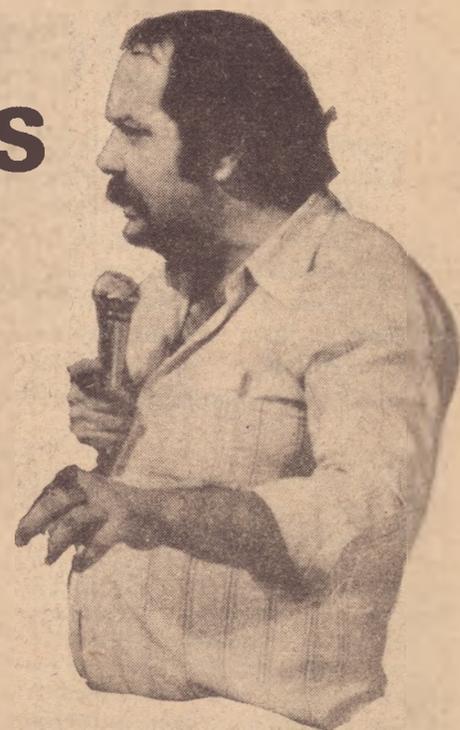
A clareza quanto aos princípios e objetivos nos davam uma firmeza e decisão incriveis neste trabalho de pioneiros.

Os indecisos rompiam sua vacilação e aportavam ao nosso movimento importantes adesões. No início de 1980 a adesão de um grupo de parlamentares colocou-nos a tarefa de buscar com urgência a legalização, mesmo sob a ditadura. E trilhamos o caminho da legalização sem violentar a natureza democrática de nosso Partido. Quem apostou que a legalização

provocaria a degeneração da proposta original perdeu.

Com o crescimento do Partido, incapazes de conter o nosso avanço nos enfrentando cara a cara, "aderiram" alguns inimigos. E tentaram nos dividir. Tentaram confundir a esquerda legítima do Partido com as esquerdas no Partido. Tentaram quebrar a nossa origem proletária. Tentaram limitar todo o real sentido e alcance da proposta de nosso Partido. Surgiram as curiosas "interpretações"

Os inimigos que aderiram tentaram nos dividir. Tentaram confundir a esquerda legítima do Partido com as esquerdas no Partido. Mas o peso da proposta inicial mostrou-se tão forte que o PT não se deixou domesticar.



conservadores para PT: "partido tático", "frente", "coligação de grupos de esquerda para o trabalho legal e institucional". Pensaram que haviam finalmente conseguido domesticar o PT, mas se enganaram. O peso da proposta original revelou-se mais forte que a dinâmica que certos grupos pretendiam impor ao PT. E muito embora hoje ainda persista uma forte dinâmica frentista, especialmente nos grandes centros urbanos, é certo que as direções naturais da classe já começam a abrir caminho rumo ao controle real de seu partido.

Derrotados os quinta colunas, começou a debandada desses setores. Cada um que saía representava um alívio e uma depuração que liberava ainda mais energia e disposição dos trabalhadores, contidas por sua tirania interna. Graças a essa depuração é que estados como Pará e Paraíba, que nunca constaram das estatísticas de legalização, agora se apresentam como plenamente viáveis. Em São Paulo, local estratégico para a construção do Partido, os maiores entraves internos desapareceram. E agora o Partido medita seriamente sobre essas lições para que nunca mais seja possível sermos enganados por novos Osmarinhos, Vanderlis e companhia.

Hoje somos mais de 200 mil. Mas a obra de construção do partido que irá organizar politicamente a classe trabalhadora brasileira está longe de ter-se concluído. Agora abre-se um novo período na luta dos explorados e oprimidos que, aos milhões, se dão conta do caráter intolerável de sua existência. O PT é o grande saldo organizativo desses três anos de luta sem tréguas contra o regime. O PT será a principal alavanca nas lutas do povo brasileiro no próximo período. E nesses novos e desconhecidos terrenos, será a certeza de que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores que continuará guiando no rumo certo os nossos dirigentes, militantes e simpatizantes.

(*) Paulo Skromov é presidente do Sindicato dos Coureiros de SP e um dos lançadores iniciais da proposta do P.T.

ENCLAT no Rio Grande do Sul

Democracia garantida

Incontestável a representatividade alcançada pelo 1º Encontro Estadual de Trabalhadores, realizado nos dias 19, 20 e 21 de junho em Porto Alegre. Participaram 603 delegados, representando 28 sindicatos de trabalhadores rurais, 110 de urbanos, 18 associações pré-sindicais, 16 federações e 2 confederações. Muito importante, foi a proposta vitoriosa para garantir a democracia da CONCLAT: que os delegados sejam eleitos em assembléia, reduzindo-se apenas a um o número de delegados indicados pelas diretorias de entidades.

Por Luci Ayala

As bandeiras mais importantes aprovadas neste Encontro foram, entre outras, as que se referiam à luta pela adoção no Brasil da total liberdade de organização sindical, negociação direta entre empregados e patrões e contratos coletivos de trabalho; pleno direito de greve e contra qualquer forma de pluralismo sindical; garantia e estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho sem redução do salário; salário mínimo real unificado e direito de sindicalização dos servidores públicos. O Encontro também posicionou-se por eleições diretas para as diretorias dos sindicatos, federações e confederações e pela adoção de um código de trabalho, elaborado com a participação dos trabalhadores. Foi aprovada a luta contra a Lei de Segurança Nacional, pela anistia aos dirigentes sindicais cassados, por uma Reforma Agrária imediata e a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, Livre, Soberana e Democrática, convocada por um governo eleito pelo povo.

Essas propostas, quase todas aprovadas por consenso, refletem praticamente um programa comum que o movimento sindical vem elaborando em suas lutas.

Mas, este consenso obtido na plataforma de lutas não se repetiu nos debates sobre a estrutura dos sindicatos e seus vínculos com o Estado, expressando concepções e projetos políticos diferenciados e até antagônicos no seio do movimento sindical.

O preço da autonomia

Um bom exemplo dessas diferenças foi o debate sobre autonomia sindical, muito repetida nos discursos mas negada na hora das definições concretas.

Os sindicalistas autênticos apresentaram a visão de que a autonomia do sindicato em relação ao estado e a sua retomada como instrumento de luta da classe trabalhadora passa pela extinção da contribuição sindical obrigatória. Esse imposto atrela a entidade ao estado, permitindo a este a intervenção, e transforma o sindicato em agente de assistência social, criando as bases do poder dos pelegos contra a classe.

No entanto, ao que parece, mais preocupados em montar aparelhos para controlar o movimento sindical do que com sua autonomia, os apoiadores dos jornais Voz da Unidade e Hora do Povo, foram os grandes defensores da manutenção da contribuição sindical, chegando ao absurdo de argumentar que este imposto é quem sustenta o movimento sindical brasileiro. Serviram de porta-vozes para o bom número de sindicalistas pelegos ou ainda muito atrasados que, assustados em perderem seus empregos ou verem desmoronar a estrutura assistencial de seus sindicatos, votaram pela manutenção do im-

posto sindical, proposta que acabou sendo aprovada.

Democratizar a CONCLAT

A organização sindical regional e nacional foi o ponto alto do Encontro Estadual gaúcho, com a aprovação de propostas que apontam o caminho do avanço do movimento sindical. Tanto num caso como no outro, as propostas sofreram a investida dos apoiadores da Voz da Unidade e Hora do Povo, contando inclusive com o indisfarçável apoio da mesa.

O Encontro manifestou seu apoio irrestrito à realização da CONCLAT e à criação de uma Central Única dos Trabalhadores, Propôs, inclusive, que nessa CONCLAT seja eleita uma comissão para elaborar um ante-projeto de funcionamento para a CUT, incluindo desde a administração até as eleições de sua diretoria. Ela seria responsável também pela organização da próxima CONCLAT que aprovaria os ante-projetos elaborados.

Além desses pontos, o Encontro aprovou por maioria de votos uma recomendação à comissão organizadora nacional e às comissões estaduais no sentido de que os delegados à CONCLAT sejam eleitos em Assembléia, reduzindo-se apenas a um o número de delegados indicados pelas diretorias de entidade. Essa proposta de garantir a democracia e representatividade da CONCLAT pela base chocou-se mais uma vez com os interesses aparelhistas de pelegos e reformistas que defenderam como justos os critérios da comissão organizadora da CONCLAT, que prevê a representação automática de até sete delegados por diretoria e a possibilidade de que todos os delegados sejam indicados e não eleitos pela base.

A organização estadual

Foi aprovada ainda a ampliação e reforço da Intersindical através da constituição de um organismo que reunisse todas as entidades de trabalhadores do estado. A função desse organismo seria o de, além de preparar a participação dos sindicatos gaúchos na CONCLAT, elaborar um ante-projeto de estatuto e regimento, que regule a organização intersindical no estado.

Mais uma vez o plenário teve que derrotar a tentativa dos reformistas em criarem um aparelho a mais no movimento sindical, travestido na proposta de criação de uma executiva, com um prazo de vigência de três anos, onde, é claro, teriam hegemonia. Apesar de não constar nas resoluções finais por ter sido derrotada, esta proposta voltou a ser apresentada, desta vez pela própria mesa, sendo aprovada por uma plenária esvaziada, no final do encontro.

1º Encontro Estadual de Trabalhadores



Trabalhador - tua participação reforçará nossa luta!

Unir, sempre! Separar, jamais!

19, 20, 21 de junho - Porto Alegre RS

Em todo país trabalhadores se preparam

Eis como estão as preparações para a CONCLAT em outros estados. Alguns encontros estaduais — ENCLATS — já realizados e outros marcados. Nas últimas semanas foram significativas as adesões de novos sindicalistas, tanto urbanos como rurais.

— Alagoas — ENCLAT realizado em maio.

— Bahia — realizou seu ENCLAT de 8 a 12 de junho.

— Espírito Santo — no dia 9 de junho, encontro de sindicalistas para organizar o ENCLAT.

— Minas Gerais — reunião de sindicalistas rurais e urbanos, em 15 de junho para preparar o ENCLAT.

— Ceará — realizou seu ENCLAT no dia 22 de junho.

— Pará — ENCLAT realizado nos dias 25 e 26 de junho.

— São Paulo — mini-ENCLATS

em 11 regiões administrativas até 19 de julho. Nos dias 25 e 26, ENCLAT estadual, com uma comissão de cada mini-ENCLAT para discutir um documento do estado.

— Santa Catarina — ENCLAT marcado para 10 e 11 de julho.

— Pernambuco — está com grande dificuldade, inclusive financeira. São 200 entidades filiadas, das quais 156 rurais. A idéia é realizar mini-ENCLATS em 10 pólos. Haverá também um ENCLAT do grande Recife.

— Paraná — ENCLAT em organização.

Melhores perspectivas para a CONCLAT

No último dia 16 de junho, a Comissão Executiva Nacional da CONCLAT, em entrevista coletiva à imprensa alternativa, deu um pequeno balanço de a quantas anda a preparação da Conferência pelo país afora. Estavam presentes: Hugo Perez, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas; Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; Edson Campos, da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo; Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e o Lula. Sobre a campanha nacional contra o desemprego, que vem sendo discutida pela CEN, nada de muito efetivo foi decidido. Por enquanto há apenas a orientação geral, para que todos os sindicatos encaminhem os desempregados à solicitação na DRT auxílio desemprego. Além disso, o ato do dia 26, na Sé, segue sendo convocado e será discutido ainda na próxima reunião, um Dia Nacional de Luta contra o Desemprego.

Ativismo rural

Neste balanço sobre a preparação da Conferência das Classes trabalhadoras, o saldo é que se ela andava meio devagar até a pouco, está dando várias mostras (ver cobertura do R. G. Sul, página 14), de se reanimar, e a expectativa de muitos sindicalistas é que se transforme num acontecimento realmente importante, marco para o movimento sindical nesse momento. Para Hugo Perez, "uma coisa que espanta, é que os trabalhadores rurais parecem mais interessados e organizados que os urbanos".

No entanto, isso não é tanto para se admirar, pois temos visto crescer muito a luta entre os trabalhadores rurais nos últimos anos, muitos sindicatos serem tomados por diretorias combativas, autênticas. De outro lado, temos por exemplo, o Joaquinão, que embora membro da Comissão Executiva Nacional — CEN — declara que em seu sindicato a CONCLAT vem sendo discutida nos cursos sindicais ou mesmo nas reuniões de fábrica, que por mais movimentados não reúnem mais que 100 trabalhadores. Nenhuma iniciativa mais ampla, mais massiva foi tomada até o momento, numa categoria que reúne quase 400 mil metalúrgicos em São Paulo.

Sobre a organização de uma Central Única dos Trabalhadores — CUT — a partir dessa CONCLAT, idéia que transpirava principalmente entre os sindicalistas da chamada Unidade Sindical, todos foram unânimes em negar. Para Hugo Perez, surgirão várias propostas para serem discutidas, mas sair uma CUT é muito difícil. Para o Joaquim, "tem que se definir uma continuidade para a CONCLAT. Mas não sei se será uma CUT, não precisa necessariamente ser. Talvez uma comissão, seja lá que nome se der, para continuar unificando o movimento". Já o representante dos bancários acha que não sairá uma CUT, "mas a CONCLAT não será apenas um momento para se retirar um documento contendo reivindicações, coisa que o movimento sindical já tem de sobra. O objetivo será, a nosso ver, tirar um plano de ação", com o que concorda



Hugo Perez, embora acrescenta que a Conferência se realiza "num momento de descenso do movimento sindical, num momento que vem no meio ou antes da grande crise".

Organização da CONCLAT

Como resultado da última reunião da CEN, do dia 6 de junho, decidiu-se que tanto as teses como as inscrições dos delegados deverão ser encaminhadas até o dia sete de agosto. As teses terão que vir assinadas pela entidade e não em nome individual. Quanto as decisões sobre o Regimento interno, discussões dos temas pelas comissões e local de realização, ficaram para ser discutidas na próxima reunião.

A orientação da Comissão Executiva é que a preparação dos ENCLATS deve ser ultimada, onde ainda não se realizaram. "Os próprios sindicalistas das categorias, nas quais as diretorias dos sindicatos não convocaram assembléias para escolha de delegados de base, devem entrar em contato com os representantes locais da CEN ou junto à secretaria da CONCLAT para encaminharem suas assembléias".

Um fato a destacar em todas as articulações que visam a participação na CONCLAT, são os resultados do III ENAMP — Encontro Nacional de Movimentos Populares, ocorrido em Vitória (ver EM TEMPO n.º 130), e que é continuidade das reuniões de João Monlevade e São Bernardo. Todos os participantes foram convocadas para levar a discussão das teses da CONCLAT nas bases, "intervir junto às diretorias para a realização das assembléias de eleições das bases, bem como da discussão da Greve Geral (resposta política dos trabalhadores aos patrões e ao governo)". Tudo indica que esta articulação decidiu entrar com tudo e dar muita força para a realização de uma CONCLAT realmente representativa.

Peãozada da Fiat continua firme

Depois de 42 dias de greve contra o desemprego, os operários da FIAT-DIESEL voltam ao trabalho. Das reivindicações exigidas não se conseguiu nada. Um balanço mais acabado o Comando de Greve ainda não fez. Aqui apresentamos uma entrevista com Samuel do Comando de Greve, que afirma que se foi uma derrota não conquistar as reivindicações, do ponto de vista do crescimento do movimento foi uma vitória. Diz que o grande problema foi a traição do pelego Pimentel e a falta de apoio político.

"A busca de comida foi feita na sua maioria pela peãozada. Foi a peãozada que se formava em grupos e saía pelas ruas vendendo bônus. Era a peãozada que nem sabia falar em reunião que foi em universidade fazer discurso e pedir dinheiro. A garra da peãozada foi tanta que mobilizou. Foi mesmo uma escola de samba, um cordão carnavalesco. Todo mundo reboiou nesta greve. Todo mundo dançou, todo mundo participou. É a participação efetiva da peãozada. Isso é muito perigoso. Perigoso para os patrões e para o pelego. Eu acho que o pelego tem mais medo de peão organizado independente do que patrão. Porque daí acaba com a mordomia deles".

Nossa greve era legal

— Como foi que a greve acabou?

Samuel: Na 4ª feira, dia 10 de junho teve o Ato Ecumênico em Caxias. Depois deste ato o comando da greve se reuniu para discutir uma proposta e levar para a assembléia do dia seguinte. Nesta reunião

analísavamos uma série de coisas, a própria demissão dos 50 companheiros que eram justamente os mais ativos na greve, alguns até com 20 anos de FIAT.

— Estas demissões ocorreram quando?

Samuel: No dia 9 de junho. Neste dia ainda não havia saído no diário oficial o resultado do julgamento do dissídio que colocava a improcedência de nossas reivindicações. A nossa greve era legal. Ilegal foram estas demissões. Então havia uma saída, a gente tinha este espaço, que era impor à firma que ela reconsiderasse e que os 50 voltassem no outro dia de manhã. A gente colocaria também a volta ao trabalho e a não aceitação das migalhas que os patrões ofereciam. A comissão voltaria para dentro da fábrica e nesse processo ela ia passar a organizar a luta pelas reivindicações de antes.

Com a demissão da comissão interna e mais 30 e poucos companheiros, o comando considerou que a firma havia deslocado o eixo das reivindicações. Se antes era estabilidade, volta dos demitidos, agora era a volta da comissão interna. Na 5ª feira de manhã levamos esta proposta na assembléia e a massa não aceitou bem. Os operários da FIAT queriam a continuação da greve.

Golpe da diretoria do sindicato

— O que mais aconteceu na assembléia?

Samuel: O que complicou foi que o Pimentel (pres. do Sindicato) apareceu com o Luis Carlos de Brito (Delegado Regional do Trabalho) dizendo que ia negociar com a diretoria da FIAT. Nesta negociação a comissão interna e o comando de greve ficaram de fora. Depois o Pimentel voltou e deu o resultado da negociação que era a volta ao trabalho sem vincular com a readmissão dos 50 e que o fundo da Associação dos Trabalhadores da FIAT ficaria sob o controle do Sindicato. Nós recusamos estas propostas, inclusive em outro momento a firma havia concordado em depositar uma quantia, parece que 80 mil cruzeiros, para o fundo da Associação dos empregados sob o controle dos trabalhadores. Acontece que lá dentro da fábrica o Pimentel junto com o delegado do trabalho e os patrões fizeram uma votação da proposta deles e disseram que ganharam. Mas, dentro da fábrica só tinha o pessoal da segurança e da administração. Elementos que nem fizeram greve e estavam votando pela volta ao trabalho. A maioria do pessoal estava lá fora aguardando o resultado das negociações. Lá fora a massa votou pela continuação da greve. Em cima desta votação fantasma, corrupta mesmo, foi que o Pimentel garantiu a volta dos companheiros ao trabalho.

— O que vocês dizem sobre o apoio à greve?

Samuel: O que faltou foi a capacidade dos organismos que se dizem representantes da classe trabalhadora de, a partir da greve, canalizar politicamente e fazer um movimento não só no Rio, mas em todo o Brasil. A greve foi em cima de um problema nosso, mas a partir daí as forças de oposição podiam se mobilizar contra o desemprego.

A greve foi incômoda inclusive para o PT, nesse momento de legalização. Não houve omissão de muitos militantes de base do PT, mas sim da cúpula que estava preocupada com a filiação.

— Como foi a relação com a diretoria do sindicato?

Samuel: Uma vitória importante foi manter o sindicato na luta. A gente não podia meter o pau no Pimentel, ele estava "radicalizando" nas palavras. Só no final ele mostrou o que é, ele mesmo se demascarou.

Teve a briga também. No dia 15 a diretoria do sindicato tinha mandado nós sairmos do sindicato, da sala onde o comando de greve havia se instalado.

Construção Civil / SP

Ameaçada mordomia do pelego

A chapa 2, da oposição sindical da construção civil, registrada para concorrer às eleições de setembro deste ano, terá pela frente um adversário de fazer inveja ao Joaquinão. Décio Lopes, atual presidente, que em 1979, aposentou-se, rescindiu seu contrato com a construtora Alfredo Matias. Dois dias depois, foi admitido pela Estencivil, empresa na qual não chegou a trabalhar um só dia. Mas parece ter prestado bons serviços a essa firma, a mesma que construiu a sede do sindicato...

Além do mais, o velho pelego, 16 anos de burocracia, recebe nada menos que 4 salários — aposentadoria, salário de vogal na Justiça do Trabalho, de presidente do sindicato e de diretor da Federação (estadual) da construção. Só o salário de presidente do sindicato é de 87 mil, aliás, contrariando a legislação, que estabelece como teto o salário que receberia se estivesse em atividade. Isso se tornou possí-

vel na medida em que, também violando a própria legislação sindical fascista, a diretoria estabeleceu seus salários sem submetê-los à assembléia da categoria.

Talvez seja por esse motivo que se preocupam tanto em impedir a entrada da imprensa em suas assembléias. Na última, que visava analisar as contas do ano, um diretor, de nome Lima, primeiro declarou ser “de exclusivo interesse dos associados o que se ia discutir”. Depois, entregou o outro, alegando que “os jornais andaram falando coisas que não eram verdadeiras”. Mas não apenas a imprensa foi barrada. Um operário que está na chapa da oposição (e que portanto é sócio do sindicato há mais de 6 meses e pertence à categoria há pelo menos dois anos) foi barrado, apesar de apresentar a carta comprobatória de sua candidatura. Apesar de tudo, ele entrou, o que provocou uma brônca do diretor nos “portei-

ros”, que por sua vez reclamaram: “Ô Lima, você quer que a gente bata no homem?”. Pelo jeito eles ainda não receberam a orientação completa...

A diretoria da entidade parece ter todos os motivos para ter saudades dos “velhos tempos” em que a entidade estava entregue às moscas, sugando o imposto sindical dos 150 mil peões da Grande São Paulo. Os tempos mudaram, a imprensa incomoda, e, pela primeira vez, depois de 16 anos de reinado pelego, uma chapa de oposição ameaça conquistar o sindicato, abri-lo à categoria e lutar contra os vinte mil desempregos, 24 mil acidentados e mil mortes por anos. Mão na massa. E balde de piche no picareta do pelego. A oposição já entrou com pedido de impugnação do pelego e falso trabalhador. Será que a DRT vai ser tão rápida quanto o ministério é, nas suas intervenções e cassações por motivos políticos? (Régis Moraes)

150 000 OPERÁRIOS
20 000 DESEMPREGADOS
24 000 ACIDENTADOS POR ANO
1 000 MORTES POR ANO

A mão do pelego no bolso do pelego.
A marca de tinta do pelego
no bolso do pelego.
Operário e construtor:
você consegue? Onde aprendeu?
Onde aprendeu a ler?
Onde aprendeu a falar?
Onde aprendeu a ouvir?
Onde aprendeu a pensar?
Onde aprendeu a agir?
Onde aprendeu a lutar?
Onde aprendeu a vencer?



OPosição SINDICAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL
Chapa 2 — São Paulo — 1981

Cartaz-bônus da Chapa 2: à venda em nossa redação.



Marceneiros Oposição na reta de chegada

No próximo dia 30 os marceneiros de SP começam a mudar a diretoria de seu sindicato (ver ET n.º 128). Porém, encontrarão um pleito em que a oposição não pode indicar mesários para as mesas coletoras de votos, coisa que nem o interventor, em 1966, negou. Confiante na vitória, a chapa 2, constituída pelo diretor Joel Alves e por trabalhadores que vieram-se destacando nas últimas campanhas da categoria, preocupa-se agora em vigiar as urnas.

Mogi das Cruzes oposição chegou junto

Derrotada por uma margem muito pequena de votos no primeiro escrutínio, a oposição dos metalúrgicos de Mogi (ver ET n.º 129) prepara agora a sua “virada corintiana”. Nos dias 22 a 24 de junho, a oposição pretende desmontar cerca de 200 votos (perto de 5% dos associados) que a separaram da chapa pelego.

Contagem 3 chapas dos metalúrgicos

Nos dias 13/14/15 de julho serão realizadas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de B. Horizonte e Contagem. Concorrem 3 chapas: a chapa 1, da situação, é encabeçada pelo atual presidente João Silveira. A chapa 3 foi constituída pelos apoiadores do jornal “Hora do Povo”, que não conseguiram, neste caso, grudar no pelego. A chapa 2, composta por algumas forças da antiga oposição sindical, tem na cabeça José Vieira e é apoiada principalmente pelos apoiadores do jornal “Tribuna Operária”.

A campanha mais articulada e confiante parece ser a da situação, sob o slogan “Chapa 1 você já conhece - Ação e responsabilidade”. A campanha da chapa 2 ainda é pouco articulada, enquanto a da 3 está centrada na agitação contra o desemprego. As cartas programadas ainda não foram lançadas, e a disputa ainda está sem definições.

Metalúrgicos / São Bernardo

Discípulos do Joaquinão traem a categoria

As eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo tiveram nestas últimas semanas lances dignos da grande propaganda burguesa. Aquela que repete mil vezes uma mentira até fazê-la parecer verdade.

Os dois “líderes” da chapa de oposição, Alemão e Osmarzinho, vieram à imprensa declarar que sua proposta é a própria continuação das “melhores tradições do sindicalismo de São Bernardo”. O que parece indicar que toda a antiga diretoria não está entre essas melhores tradições, uma vez que Lula e seus companheiros estão apoiando a Chapa 1, encabeçada por Jair Meneguelli, um dos operários da Ford que liderou a paralisação da fábrica em pro-

testo pela condenação dos sindicalistas.

Muito palavrório “radical”. Muita atitude prática de apoio ao que há de mais pelego e direitista no movimento sindical. Essa tem sido a tônica de Alemão, um admirador deslumbrado do Joaquinão e similares. E agora Osmarzinho também sai do muro. Surpresas? Na porta da Mercedes Benz, num discurso de campanha eleitoral, operários perguntaram a Lula o que significava essa de ter duas chapas. A resposta de Lula não vacilou: “entre doze apóstolos, Jesus teve que aturar um traidor. Tiradentes também foi traído por um de seus aparentes seguidores. Não é de espantar que, numa categoria de mais de 100 mil trabalhadores, encontrásse-

mos dois traidores para espalhar mentiras e confusão”.

Nestes últimos dias, a campanha segue ativamente. A Chapa 1 lança o seu jornal de campanha, defendendo a continuidade da luta da antiga diretoria, defendendo a rotação dos cargos na diretoria (sem “liberados” permanentes), a formação das comissões de fábrica e outras bandeiras.

A campanha de Alemão e Osmar, por sua vez, teve um lance grandiloquente: os dois vieram a público declarar que a empresa em que trabalham é de propriedade, nada mais nada menos, que de Chico Buarque de Holanda, artista interessado em apoiar operários perseguidos pelas listas negras dos patrões. Será que também o

Chico entrou na de Tiradentes? Ou está nessa? O que será que será?

O que se sabe de verdade é que o fato dos dois falsos apóstolos terem se apropriado do símbolo “João Ferrador” já está tendo resposta à altura. O jornal do próprio sindicato sai agora com uma advertência: João Ferrador é símbolo da categoria e não de um grupo. Falou. E à afirmação dos dois mosqueteiros da oposição de que Lula já está derrotado pelo fato de não conseguir a unidade em sua categoria, muitos operários se perguntam que unidade é essa que os dois pretendem. E, se é por aí que se ganha a batalha, que tal a “unidade” dos sindicatos admirados pelos dois? Vide Joaquinão...

Construção Civil / ES

Sindicato demite funcionários

A demissão de dois funcionários do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Vitória (Espírito Santo) está provocando um certo mal estar entre as “oposições” capixabas. Afinal, trata-se de um sindicato combativo, tomado por uma oposição em eleições exemplares.

Além do mais, os dois demitidos, Tarcisio Lemos e o advogado Glecinei Brito, são membros da direção local e estadual do PT, respectivamente.

O presidente do sindicato, Gerson Florêncio afirma que as demissões, decorrem de problemas de trabalho, de critérios profissionais. A demissão de

Glecinei, por exemplo, teria sido motivada, segundo Gerson, por incompetência profissional. A de Tarcisio, por não cumprimento do horário de trabalho. Os demitidos porém argumentam que se trata de uma espécie de censura, uma convicção de que “funcionário de sindicato não deve passar de

burocrata”, uma vez que sua atividade profissional não apresentava deficiências.

O fato é que, quaisquer que sejam os desdobramentos do fato, a situação provoca problemas para o combativo sindicato. E não podem portanto passar em brancas nuvens.

(da sucursal)

Nenhuma brecha ao ensino pago

Organização dos que não terão recursos para se matricularem na universidade; debates conjuntos com sindicatos e associações de bairro; concentrações para apitar na porta da tesouraria. Os estudantes universitários e secundaristas querem fechar todas as brechas ao ensino pago.

A UEE — MG consultou estudantes de 69 escolas pagas, espalhadas por 17 cidades do interior, sobre o aumento de 60% nas anuidades das escolas particulares liberado pelo MEC, para o segundo semestre. Segundo a diretoria da entidade, o número irrisório de alunos que se manifestaram favoravelmente ao aumento (veja o quadro) “demonstra o extremo desgaste da política deste governo para a educação”. Quanto à possibilidade de custear seus estudos no segundo semestre, o número de estudantes que responderam “não” representa cerca de 67% do total de matriculados nas escolas particulares, demonstrando que a verdadeira evasão das escolas — já em curso — aumentará.

Na Universidade Católica, durante este primeiro semestre, três estudantes por dia cancelaram ou abandonaram sua vaga. Os vestibulares de meio de ano também são indicadores desta tendência: nas Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), por exemplo, segunda maior escola particular do estado, havia apenas um candidato para o curso de ciências, um dia antes do encerramento das inscrições. Assim, tudo indica que a crise econômica

chegou às faculdades particulares, na figura do aumento de anuidades e do desemprego que espera seus alunos depois de formados.

Nova tática nas universidades públicas

Nas escolas públicas a crise se manifesta de outra forma. Toda a ofensiva que o MEC desencadeou, propondo a transformação das federais em fundações, com cobrança de anuidades, que seria a reta final da desobrigação do governo com a sustentação da educação, parece sofrer um recuo parcial nos últimos dias. As declarações do governo de que seu projeto não seria para implementação imediata, mas apenas para discussão, demonstram uma mudança de tática. Devido à forte oposição dos estudantes, dos professores e da maioria dos reitores, o MEC parece suspender temporariamente o seu projeto inicial.

Porém, continuando o corte sucessivo de verbas, estrangulando financeiramente as universidades, o governo pretende criar um impasse, quando então seu projeto será a única alternativa para uma universidade falida. (da Sucursal).

Secundaristas contra taxas

Dois alunos expulsos e seis suspensos por “indisciplina”. Cinco mil estudantes secundaristas em greve, desde o dia 12 de junho. Este o saldo até agora da luta dos alunos do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o conhecido Julinho, em Porto Alegre, que não aceitam que o colégio “suplemente” a falta de verbas oficiais através dos seus bolsos.

Nas escolas de 1.º e 2.º graus o ensino pago tem forçado sua entrada através da cobrança de taxas pelos Círculos de Pais e Mestres, teoricamente instituídos para integrar a escola e a comunidade. O Julinho, através de taxas mensais de 650 cruzeiros, pretende arrecadar um total de 13 milhões, 650 mil cruzeiros, que serão utilizados no pagamento de 51 funcioná-

rios e na manutenção do colégio. Porém, desde o início do ano, os estudantes vêm se organizando para lutar contra isso: no dia 12 de maio, organizaram o “Dia do Apito”, quando se concentraram durante o recreio, em frente à tesouraria, apitando como protesto; realizaram dois dias de paralisação em conjunto com outras escolas e, no dia 10 de junho, mais de 500 estudantes se concentraram em frente ao Julinho e fizeram a primeira passeata secundarista desde 1968, exigindo o fim das taxas, verbas para as escolas públicas, o fim da repressão nos colégios e eleições livres e diretas para a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. (Luís Felipe Rangrab, ex-presidente do Centro de Integração Estudantil Júlio de Castilhos).

Plebiscito realizado pela UEE — MG sobre o aumento de anuidades.

1 — É favorável ao aumento de 60% liberado pela MEC?	SIM 16.129
.....	NÃO 213
2 — Terá condições de custear seus estudos no segundo semestre? .	SIM 5.012
.....	NÃO 11.117
Total de participantes	16.332

Uma luta sem quartel

Por Américo Antunes (*)

As entidades estudantis das escolas particulares de Minas Gerais realizaram recentemente em Varginha um encontro promovido pela União Estadual de Estudantes, onde procuraram concretizar a pauta de reivindicações genérica e superficial da UNE. Ficou clara a necessidade de centrar fogo em algumas questões prioritárias e decisivas.

Por esta ótica nossas exigências centrais devem ser: nenhum aumento; matrículas com valor igual às mensalidades; anistia aos devedores do Crédito Educativo, com sua transformação em bolsas não reembolsáveis e atendimento de todos os pedidos realizados neste ano; abertura da contabilidade das escolas e mantenedoras, subsídios para as comprovadamente deficitárias, com a aplicação dos recursos sob controle da comunidade universitária.

Entrar na ofensiva

Centrando o combate nestas reivindicações, o encontro de Varginha apontou um rumo mais claro para a luta, que já começa a ser desdobrada nas escolas. Ações judiciais são abertas para exigir a prestação de contas das faculdades; nos locais mais organizados, onde o peso do crédito educativo é menor, está sendo preparado o boicote às matrículas; realizam-se assembleias e reuniões.

Durante o período de matrículas, além de intensificar este processo de mobilização, é fundamental a organização dos que não poderão se matricular por falta de recursos, listando seus nomes e exigindo das escolas suas matrículas.

Nas escolas públicas, onde a implantação do projeto do MEC parece ser gradual, influen-

ciada inclusive por elementos políticos, como as eleições de 82, a resposta dos estudantes deve ser a mais ofensiva. Em primeiro lugar, exigindo o arquivamento do projeto, a autonomia didática, administrativa e técnica da universidade perante o governo e perante as multinacionais.

Em segundo lugar, exigindo a democratização da universidade, com eleições diretas para todos os níveis e, definindo um índice nacional de suplementação de verbas, que incorpore as reivindicações salariais dos professores e funcionários. Assim poderá se expressar a unidade de interesses da comunidade universitária, que deve se concretizar em assembleias conjuntas, unificadas em todo o país, no início do próximo semestre.

Ao mesmo tempo, a defesa da educação como prioridade para aplicação de recursos governamentais deve ganhar expressão social, percorrendo o ensino de 1.º, 2.º e 3.º graus. A nossa articulação com sindicatos de professores, a ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), entidades de secundaristas (veja ao lado), associações de bairros deve ganhar toda força através do levantamento das necessidades educacionais de cada setor em todo o país.

São estes também, sem a menor dúvida, os passos para a construção da greve geral por tempo indeterminado, proposta aprovada também no Encontro das Escolas Particulares em Varginha. Esta deve ser nossa resposta aos aumentos, ao corte de verbas, ao projeto do MEC, porém sem data pré-fixada, partindo de assembleias gerais, de discussões em salas de aula, das lutas travadas desde já.

(*) Américo é presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais.



Dia do Apito: boicote às taxas.

Professores E.S. 20 mil em greve

Mais de 20 mil professoras da rede estadual do estado do Espírito Santo estão em greve desde o dia 3 de junho, com a participação de 95% da categoria, enquanto o governo estadual se nega a discutir a única reivindicação até agora apresentada: 140% de aumento, que na verdade, como as professoras fazem questão de esclarecer, é apenas uma reposição, já que nos últimos dois anos, elas só tiveram abonos. Além disso, um estudo realizado antes da greve demonstrou que nos últimos 14 anos o salário da categoria diminuiu 140% em seu valor real.

Esta é a primeira greve das professoras do Espírito Santo, que já enfrentam várias formas de repressão. Além de ter sua presidente chamada à Polícia Federal para “prestar esclarecimentos” sobre uma passeata realizada no centro de Vitória, a União dos Professores do Espírito Santo — UPES — viu, de uma hora para outra, cortado o desconto em folha das contribuições dos professores.

Para Ângela Calazans e Maria Olina



Merçom — participantes do Comando de Mobilização — esta greve é uma resposta de toda a categoria à situação a que chegaram: “antes, a carreira de professor era considerada um sacerdócio, mas hoje o estômago está falando mais alto. Algumas lojas já não vendem a crédito para professoras, tão baixo é o salário e tão incerto o dia do pagamento”. (da Sucursal)

ARGENTINA

Greve contra o desemprego

Em meio às falências em massa da indústria, uma impressionante fuga de divisas e ameaça de um "imminente colapso financeiro", os trabalhadores argentinos parecem dispostos a recuperar seu papel no cenário político.

Na quarta feira passada, os operários das fábricas de automóveis de Buenos Aires lançaram-se à greve. As direções no interior do país não acataram o chamado do SMATA central, dizendo que era uma greve destinada a apoiar um novo golpe militar. A acusação não é totalmente infundada. Porém, assim como os dirigentes que se negaram a fazer greve pretendiam chantagear a suas bases com o fantasma do golpe, os que chamaram à greve fizeram-no sob a incontrolável pressão dos trabalhadores.

Na Capital e grande Buenos Aires a greve foi total e grandes contingentes de operários reuniram-se no centro da cidade para se concentrar na sede do SMATA e, daí, marchar até o Palácio do Governo. Mas a Polícia Federal cercou o bairro e deteve todos os trabalhadores que estavam no prédio do SMATA.

Nessa mesma tarde o sindicato anunciou que se não se libertassem todos os detidos, na sexta-feira a greve continuaria (Quinta-feira foi feriado). O governo soltou os detidos e a greve foi suspensa, mas mantendo o "Estado de Alerta" (prontos a reiniciar a greve em qualquer momento). Os metalúrgicos exigem o compromisso do governo para "garantia ao trabalho nos próximos seis meses", ou seja um compromisso que impeça as demissões massivas que a recessão está provocando.

Os operários entram em cena

A greve dos operários metalúrgicos, completou o quadro da convulsiva crise que vive a Argentina.

A forma de luta adotada foi o temível "paro activo", fórmula muito utilizada durante o grande ascenso das lutas operárias de 1969 e que consiste em entrar na fábrica, realizar assembleias em

cada seção e sair em manifestação às 11 horas. O "paro activo", símbolo da época do "Cordobazo" foi porém, um tipo de greve só adotado no interior e nunca no centro econômico e político do país: o cordão industrial da Grande Buenos Aires.

A greve foi decretada pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos e afins - SMATA - e a massiva adesão é tanto mais significativa quando se tem em conta que este sindicato sofreu, como outros tantos, a intervenção da ditadura militar em 1976.

A combativa resposta dos trabalhadores e a mostra inequívoca do vigor das tradicionais estruturas do movimento operário, constituem razões suficientes para que o governo tenha reagido do modo que fez, prendendo 1113 operários que se encontravam na sede central do sindicato.

A brutal resposta do governo é uma demonstração de seu temor frente a qualquer pressão que ameace o frágil equilíbrio em que se mantém. Sobretudo se se tem em conta que a greve e a marcha tinham como reivindicação central a luta contra o desemprego e a defesa do direito ao trabalho.

A decisão de luta dos trabalhadores e a inflexibilidade governamental são os termos a se ter em conta para observar o próximo desenvolvimento da crise na Argentina. Mas, deixando claro, que esta inflexibilidade é apenas um fraco reflexo de autodefesa, uma mostra de debilidade política e impotência diante da crise econômica; enquanto que a combatividade dos trabalhadores é só o início de uma recomposição que nos últimos meses busca articular-se e expressar o conjunto do movimento operário.

A cúpula da burocracia sindical está dividida em dois organismos, desde que o governo "dissolveu" a tradicional CGT. Um deles é a Convenção Nacio-

nal do Trabalho (CNT) que congrega a maioria das associações que não sofreram intervenções e tem tido sempre uma atitude de total colaboracionismo com a ditadura. O outro, identificado com o peronismo ortodoxo, adotou em outubro passado o nome da antiga CGT (Confederação Geral do Trabalho) e, ainda que tenha marcado certas diferenças com o plano da ditadura, coincidiu sempre com a CNT na necessidade de evitar qualquer mobilização operária.

CGT convoca a luta?

Porém os tempos mudaram. "Estamos à beira do abismo", declarou a União Cívica Radical, — URC — partido que apoiou a ditadura até na última hora e que hoje reconhece que "o país está submerso em uma profunda e inédita crise, capaz de gerar inesperados acontecimentos e imprevisíveis consequências". O Partido Justicialista (peronista) afirma que "estamos em situação de emergência nacional" e todo o coro de políticos burgueses e reformistas fazem acordos sobre estas notas. O governo está parado no mais completo isolamento político, apenas 80 dias depois de haver assumido o poder.

Até o fechamento desta edição estava para se reunir um Plenário de Secretários Gerais da CGT com o objetivo de "coordenar medidas de ação". Trata-se de uma vaga alusão a uma medida que está latente e que reclamam as bases: greve geral. A CGT tratará de negociar e fará o máximo esforço para evitar que se chegue ao extremo. Porém, o governo não tem espaço para manobrar e a direção burocrática do movimento operário também não. Nos 80 dias do governo de Viola o dólar aumentou mais de 100% e o custo de vida 40%; os salários estão congelados e só em algumas associações houve aumentos de 15%. Fábricas são fechadas,

operários são demitidos, grandes empresas suspendem temporariamente a produção.

Rumores de golpe

Todos os setores da burguesia pedem medidas de apoio para evitar as falências que destroem o aparelho produtivo. O campo está numa situação análoga. A especulação financeira é alucinante e na sexta-feira, dia 19, a reserva de divisas (até há pouco prova do "éxito" econômico da ditadura) caiu abaixo de um bilhão de dólares, segundo informa o diário "Clarim", do último dia 21.

Neste clima o general Viola falou à nação. "Permita-me a hipótese", disse referindo-se à ameaça de golpe; "se o princípio da autoridade for destruído, ninguém poderá recompô-lo com o grau de legitimidade e vigor que necessita a segurança da comunidade nacional, entrando de cheio numa tempestade política sobre a qual nada sólido ou duraduro poderá criar-se". A hipótese, entretanto, é mais uma tese comprovada: o general Bussi, comandante do principal corpo do exército, está tentando tecer uma "aliança do povo e as forças armadas" (ou seja, um acordo entre generais e dirigentes sindicais e políticos) para levar a cabo uma "revolução nacional".

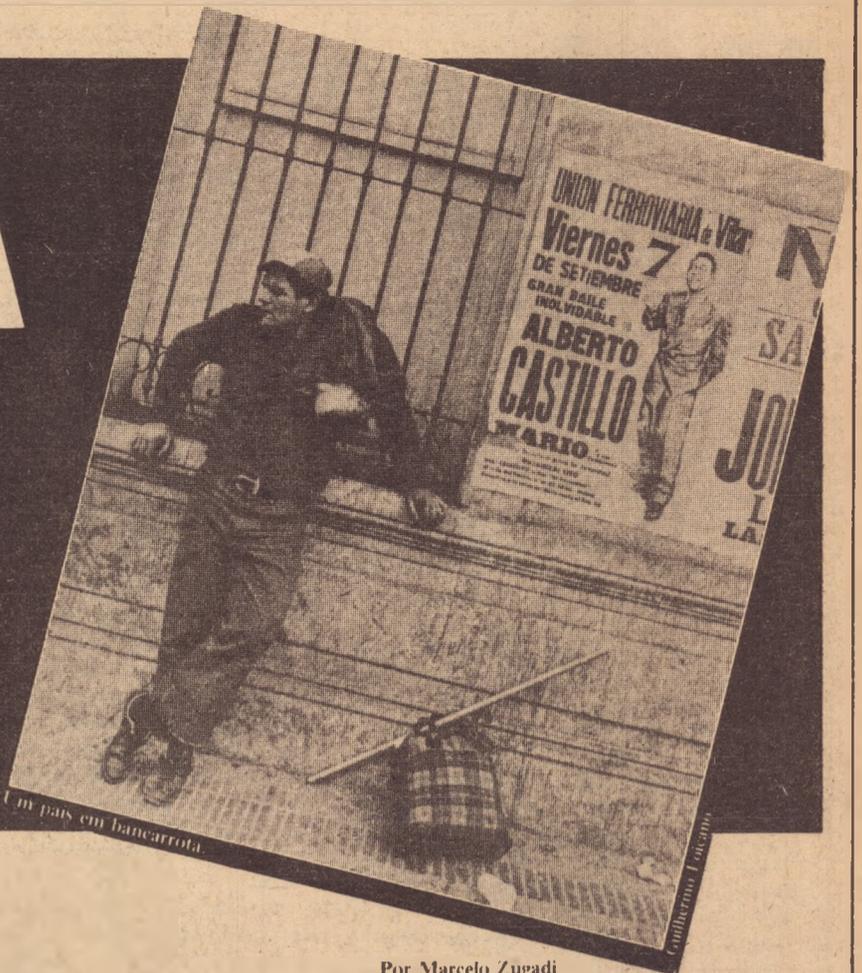
O almirante Lambruschini, comandante da Marinha, encabeça a força contrária a esta perspectiva e exige que se abra o jogo político e se fixe uma data para o chamado às eleições. Viola está acuado entre estas posições e fundamenta sua continuidade, como disse claramente no seu discurso, na idéia de que qualquer outro rumo de ação leva ao confronto armado entre frações militares e a perda do controle econômico e político sobre o país.

O certo é que nem a variante "revolucionária" de Bussi, nem a "institucionalista" de Lambruschini, nem a do "processo" representada por Viola tem possibilidade de resolver os problemas básicos que afligem a população argentina: aumento de salários, reativação da economia, contenção das falências, controle da inflação (que volte a um ritmo de 200%), liberdade dos presos políticos, aparecimento dos 30 mil sequestrados, vigência efetiva das liberdades democráticas.

Dois meses e meio foram suficientes para mostrar que a ditadura militar não pode recuperar a iniciativa política, não pode refazer a frente burguesa que lhe deu origem e nem reverter o curso da crise econômica. Muito menos tempo do que necessita o movimento operário para por em pé sua própria alternativa à crise.

Essa desproporção dá à burguesia uma margem de ação. É incerta ainda a tática que empregará para aproveitar esta margem. União Cívica Radical está convocando uma reunião de todos os partidos e setores, inclusive as forças armadas, para encontrar um plano de emergência e uma saída política que evite o golpe em curso. Há setores da burocracia sindical com um e outro projeto. Porém a vanguarda operária já sabe que só a independência política e a edificação da própria alternativa dos trabalhadores pode por um ponto final à crise. Na Argentina, como no Brasil, há que se construir um Partido dos Trabalhadores.

Na segunda-feira, dia 22, o governo decretou uma nova desvalorização do peso em 30%, a terceira nos três meses de Viola no poder. Nesse mesmo dia à noite, o plenário da CGT decidiu convocar um "Dia Nacional de Protesto", para a primeira quinzena de julho. Trata-se de uma greve geral, que aparece sob o nome de Protesto Nacional para escapar às leis que proibem as greves.



Por Marcelo Zugadi

APARTE

Israel: o ovo da serpente

"Telavive — a opinião pública israelense recebeu com entusiasmo a notícia da destruição da central nuclear de Tamuz..."

Às vezes temos uma visão idealista do "povo". Ora, o "povo" é o que faz ou deixa de fazer. É mutante, como tudo aliás. Uma situação econômica absolutamente caótica, a política cretina e criminosa da Kominintern sob Stálin e o "camarada" Dimitrov, além de outros fatores criou no povo alemão da década de trinta o medo paralisante e explosivo (incrivelmente traduzido por Bergman) do qual se aproveitaria o partido "Nacional-Socialista" para conduzi-lo a um movimento cujo lema era: "Viva la muerte!", na expressão do general franquista. E "la muerte" abateu-se sobre os judeus de toda a Europa (menos sobre os muito ricos, alguns dos quais financiaram o hitlerismo); daí brotou e rapidamente cresceu a ideologia do Estado de Israel.

Formou-se o Estado de Israel. ESTADO. No importante Oriente Médio o imperialismo não podia confiar seus interesses às mãos de senhores de Estados semi-feudais ou, pior ainda, de uma nascente burguesia nacionalista. Nasser e Mossadegh modernizariam a região, porém, tendendo mais para o lado da URSS (tradicional aliada dos terceiros mundistas ... ao menos àquele tempo) que para o lado do sedento imperialismo. A criação de um Estado moderno e altamente aparelhado, isto é, sofisticadamente armado era, pois, uma necessidade urgente do grande capital pós segunda guerra em disputa com a URSS pela partilha do mundo.

Alguma importância que o local escolhido para a sua implantação, a PALESTINA, estivesse ocupada pelos PALESTINOS? Nenhuma. Alguma importância que milhões e milhões de palestinos fossem expulsos de suas terras onde trabalhavam e encontravam os meios de sobrevivência? Nenhuma.

Aí está. Não que o bombardeio da central nuclear do Iraque tenha a mesma importância que o genocídio palestino pelos terroristas profissionais que ocupam suas terras. É que a ousadia do ato de prepotência é tão grande que todos os olhos se voltam para ele. O mais importante, aliás, deste ataque é sua carga simbólica. Não estaremos sendo abusados se dissermos que o mundo está mesmo muito doído, isto é, mais uma vez cai a máscara. Entre outras coisas, este século caracteriza-se por lançar fora todas as máscaras. O capitalismo desvenda-se em toda sua essência brutal e depredatória: aí está a criação e a ação do Estado de Israel: um país quartel. Não espanta (sic: este mundo está doído) que os israelenses tenham recebido com entusiasmo a notícia do bombardeio

Halley Margon Vaz Junior

França

Esquerda majoritária

Com quase 70% das cadeiras na nova Assembléia, a esquerda francesa é hoje amplamente majoritária. O voto popular deu o respaldo necessário para que o novo governo, encabeçado por Mitterrand, comece a implementar um real programa que vá de encontro aos anseios populares.

Por Wagner Cardoso

Confirmando todas as expectativas e as sondagens de opinião pública, o Partido Socialista de Mitterrand venceu amplamente as eleições legislativas do último dia 21 de junho. A exemplo das presidenciais e do primeiro turno das legislativas, o PS obteve dessa maneira um efetivo respaldo e apoio da população francesa.

Ao mesmo tempo em que o PS consegue os 56% das cadeiras do novo Parlamento (de 117, passou para 282 cadeiras), os outros partidos, sem exceção, perderam várias de suas bancadas. Do lado da direita, quem quase perdeu 50% das cadeiras, passando de 286 para 151 eleitos, a derrota, além de vergonhosa, confirma o amplo descontentamento popular, gerado nesses últimos anos.

A triste derrota do PCF

Mas o saldo mais negativo foi mesmo a derrota do Partido Comunista, de Georges Marchais. O PC, que contava com 86 cadeiras no antigo Parlamento, agora só terá 43, demonstrando com isso (como disseramos em números anteriores do EM TEMPO) que a sua política sectária, racista e divisionista só contribuiu para desarmar seus militantes e eleitores.

É certo que, após esses resultados negativos (três derrotas sucessivas), o aparelho esclarecido do partido de Marchais sofrerá mudanças. Roland Leroy, por exemplo, o terceiro homem do partido — um stalinsita notório — que além de tudo é o diretor do diário do PCF — o "L'Humanité" — não conseguiu, após 23 anos de reeleições sucessivas, reeleger-se deputado para a nova Assembléia. O próprio Marchais, segundo especulações no seio da esquerda, teria sua cabeça a prêmio por parte de amplos setores do partido.

Governo homogêneo do PS?

Apesar desses péssimos resultados do PCF, a questão da composição e da política do novo governo, continua na ordem do dia. Por um lado, vemos a direita completamente enfraquecida e sem moral para qualquer tipo de oposição momentânea, limitando-se a "advertir" a população francesa face à catástrofe socialista que está por vir", como afirmou Jacques Chirac, logo após as eleições pela televisão.

Por outro lado, com essa vitória arrasadora, Mitterrand e Mauroy, se quiserem, podem formar um governo composto exclusivamente de socialistas e "personalidades independentes" ou burgueses de "esquerda", como o fizeram no governo de transição.

Outro elemento importante a ressaltar depois dessa vitória é a aspiração popular às "mudanças sociais", tão falada desde 1968. Não se pode negar que a dinâmica criada a partir do "Programa Comum" e da "União das Esquerdas", deu também muita confiança à população francesa, apesar da divisão que se seguiu após 1978. Logo, além de não suportarem mais a "austeridade" dos sucessivos governos



A derrota do PCF coloca a cabeça de Marchais a prêmio

gaulistas e giscardianos, o movimento popular e operário também viu, através da união do PC com o PS, uma saída viável para seus problemas. Essa vitória é, dessa maneira, um elemento positivo com relação à própria dinâmica que ela vai criar: as camadas exploradas e descontentes, vão confiar mais nas suas lutas, pois se identificam com o governo de Mitterrand.

É importante compreender-se por outro lado, que estes dois partidos operários são sem sombra de dúvidas, os organismos políticos majoritários no seio da população trabalhadora. Apesar de sabermos que suas políticas são reformistas, estando aí os exemplos históricos para confirmá-lá, a Frente Popular de 1936, os governos de coligação com a burguesia gaulista após a II Guerra Mundial, a aliança com a direita durante a guerra da Argélia e tantas outras; sabemos também que sendo partidos majoritários, é neles que os setores explorados da população confiam. E por isso nenhum deles pode prescindir do outro de maneira duradoura.

Um governo PC-PS

Com todas essas tradições comprovando o seu passado reformista, vacilante e mesmo capitulacionista de suas direções, não se pode menosprezar nem desconhecer que cada um deles congregam milhões de trabalhadores em todas as campanhas que organizam. Indo desde o apoio a revoluções como a vietnamita, a nicaraguense e agora à luta do povo salvadorenho, até grandes mobilizações, juntamente com as grandes centrais sindicais (a CGT e a CFDT), greves nacionais, manifestações de rua, festas populares; culminando com a divisão dos votos populares entre eles, já há muitos anos.

Face a esse conjunto de fatores, e vendendo-se a própria história do movimento operário e popular francês — a Resistência armada durante a II Guerra Mundial, o movimento de Maio de 68, as grandes greves gerais — somos todos obrigados a concluir que a única saída neste momento para o povo francês passa pela formação

de um governo do PCF-PS, sem ministros burgueses, já que esses foram massivamente rachaçados pelo voto popular.

Isso não quer dizer que a formação de tal governo será a saída para os problemas dos explorados e descontentes franceses. E muito menos o caminho para a construção do socialismo. Mas, é fundamental que eles assumam a direção do país, para que dessa maneira as massas amplas que neles confiam, possam fazer sua experiência. Majoritários que são, eles poderão, juntamente com as massas, fazerem a "prova do fogo".

As massas por seu turno, não poderão jamais fazer essa experiência no abstrato. É com eles que elas contam e só assim elas identificarão seu caráter reformista, social-democrata e consequentemente não-revolucionário. Só assim elas poderão ver sua real face, quando eles não cumprirem com o prometido, com suas reivindicações, ou capitulando face à burguesia.

Por isso é fundamental acompanhar-se essa dinâmica popular, apoiando todas as medidas que minem a dominação da burguesia, ao mesmo tempo que se deve denunciar todas as capitulações, vacilações ou traições. Só a organização própria da população nas fábricas, nos bairros, nas escolas, como já ocorre, poderá garantir esse processo de vigília e participação popular, na construção do socialismo.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte e Valmir Menezes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

Arte: Paulo Roberto e Munir Ahmed

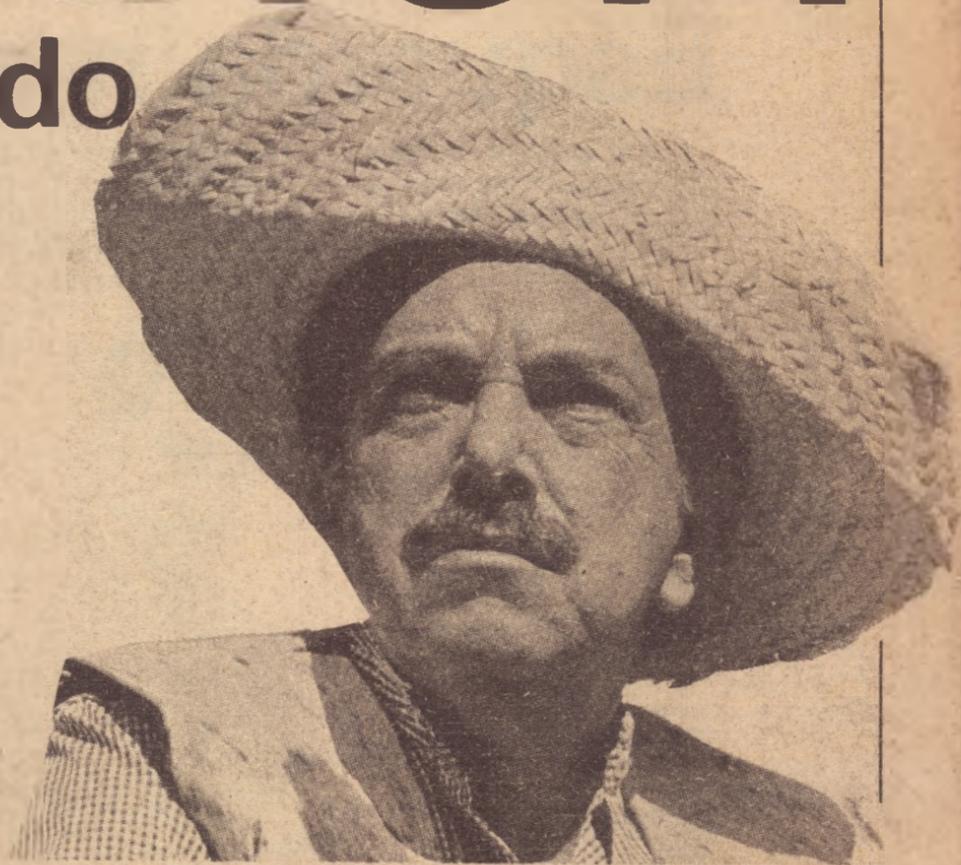
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S. A. - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880 - CGC. 19.858.067/0002-70

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha, 1470, Loja 20; Rio de Janeiro - Caixa Postal 4680

Impressão: Cia. Editora Joruês. R. Gastão da Cunha, 49, São Paulo, fone: 531-8900

MAZZAROPPI

O segredo de um homem que a crítica nunca elogiou



15 mil pessoas acompanharam seu enterro, dia 14 de junho último. Em 1975, 2 milhões, 530 mil pessoas assistiram seus filmes. Uma Pistola para Jeca foi premiado pela EMBRAFILME como maior bilheteria do cinema nacional. Sem dúvida, ele foi um fenômeno popular.

"Eu convivi muito com o povo. Sou um caipira. E São Paulo é uma grande cidade de caipiras". Entre as apresentações ao lado do Faquir Ferri, aos catorze anos, e o estúdio exclusivo, onde ele mesmo produzia seus filmes, houve o teatro, o rádio e a televisão. Mas foi no cinema — O Candinho, lançado pela Vera Cruz em 1954 — que ele criou a figura do jeca. A partir daí, foram 28 anos de carreira, 30 filmes e uma fortuna razoável. "Não construí nenhum império do cinema, apenas criei condições para poder trabalhar, sem depender de ninguém".

Apesar do sucesso e do dinheiro, ou muitas vezes por isso mesmo, ele nunca foi aceito pela crítica de cinema. Cafona, caricato, comercial, de tudo Mazzaroppi foi chamado, criando um desentendimento crônico entre ele e os "intelectuais". A verdade é que sua popularidade sempre trouxe consigo a discussão da idéia de arte popular, de como o cinema se relaciona com o povo.

"Ninguém pode obrigar ninguém a ouvir Beethoven se ele gosta de Tônico e Tinoco. Não adianta pagar caro um fino bailarino estrangeiro, bem maricas no palco, que o povo larga pedrada em cima dele. O povo quer ir ao cinema para rir e chorar", afirmava Mazzaroppi em 1976, acrescentando que já não se importava com a opinião dos críticos, uma vez que o povo gostava dele.

Aqui, reproduzimos um artigo histórico do saudoso Paulo Emilio Gomes, onde o crítico, cuja obra é referência obrigatória no estudo do cinema brasileiro, descreve seu encontro com os segredos do trabalho de Mazzaroppi, em 1973, ao assistir "Um Caipira em Bariloche" (publicado no Jornal da Tarde, 19 de março de 73).



Faz vinte anos que ele é uma presença na vida da cidade, do estado, do país. É um bocado de tempo para o cinema e para o Brasil. O elenco do que nasceu, cresceu, definiu ou morreu durante essas duas décadas, seria um nunca acabar.

Mazzaroppi foi o produto Vera Cruz que mais pegou, mas se tivesse dependido da crítica ele teria sido barrado logo que apareceu pedindo licença com os cotovelos na altura dos ombros: Sai da Frente.

Acontece que nos tempos e terras da Vera Cruz, a crítica favorável foi tradicionalmente fatídica e Mazzaroppi teve a sorte de não ser elogiado. Eu próprio me lembro de tê-lo feito. Mazzaroppi me parecia como um dos sinais do clássico-provicianismo paulista frente ao Rio.

Enquanto a animação industrial produzia um 2.ª Trindade — o Genival ou Isidoro que tanto admirei logo que conheci — São Paulo nos trazia de volta apenas mais um caipira cujo único sinal, retardado, dos novos tempos era o nome italiano.

Faces arcaicas e modernas

Segui mal a sua carreira e nunca o encontrei pessoalmente. Outro dia os deveres universitários me levaram a sala mais popular do Largo Paissandu a fim de ver Um Caipira em Bariloche.

A sala estava apinhada e como encarei a fita e público como um dado só, minha curiosidade nunca decaiu. O conjunto do espetáculo tinha faces arcaicas e modernas que nunca se confundiam.

Perto de mim havia operários, balconistas e pequenos funcionários cujas conversas ouvi durante o intervalo e, as vezes, no decorrer da projeção. Pelos assuntos, cabelos e saias, todos eram emanções de uma grande cidade moderna, mas nunca se vinculavam com o que poderia ser considerado moderno no filme, isto é, alguns ensaios de ação

ou erotismo. Nesses momentos a atenção se despegava da fita e os expectadores voltavam as conversas iniciadas no intervalo.

O interesse e o silêncio, incessantemente interrompido pelo riso, ficavam reservados para o que havia de mais arcaico: o Coronel Polidoro encarnado pelo autor.

Mazzaroppi é mais antigo que o palhaço-caipira Veneno, que ainda percorre o interior na companhia de Dalila, a última vedete do mambembe. Ele é sociologicamente anterior ao Genésio Arruda dos anos 30 e mesmo ao Nhô Anastácio de 1908.

Mazzaroppi joga com a carta do patético e decorre daí o sentimentalismo que faz parecer moderna a virulência de Anastácio, Genésio ou Veneno.

Na "Companhia Veneno e Dalila" emoção e riso são bem compartimentados. As cortinas cômicas são concentradas na primeira parte e a segunda é reservada para "A Mulher Marcada". Mazzaroppi como Chaplin, procura fundir as duas expressões. O segredo de sua permanência e a antiguidade. Ele atinge o fundo arcaico da sociedade brasileira e de cada um de nós.

Uma repetição que não cansa

A fim de parecer mais moderno do que Mazzaroppi direi que o seu universo é o da redundância. Como só manipula o arquiconhecido, estaria caminhando para a estagnação indiferenciada da entropia. Acontece que isso não acontece. Mazzaroppi é estimulante precisamente quando repete e se repete incansavelmente e sem nos cansar.

Sabemos que o lugar comum é sempre verdadeiro e um filósofo francês já explicou que o único problema é aprofundá-lo. Mazzaroppi não aprofunda propriamente nada mas os lugares-comuns se acumulam tanto que o terreno acaba cedendo e como as minas descobertas ao acaso de desbarranca-

mentos, de repente desponta dessas fitas incríveis uma inesperada poesia. Isso em geral sucede quando ele não está fazendo nada de especial, apenas olhando, andando ou pondo fumo no pito. O melhor dos seus filmes é simplesmente ele próprio.

O que perde Mazzaroppi são os cineastas. Os melhores, ao que eu saiba, nunca o procuraram e o autor certamente fareja neles os venenos de bilheteria que muitos são.

Alguns profissionais que o cercam, são competentes e asseguram uma boa fotografia e um som razoável. Seria bom que ficassem nisso e que de resto se preocupassem apenas em nos fazer ver e ouvir Mazzaroppi de maneira metódica, sem pressa, dando tempo para que tudo ficasse bem claro. Que fizessem em suma um cinema bem primitivo que teria de moderno apenas a qualidade da imagem e do som. Penso que isso poderia ser um grande acontecimento artístico. Mas não. Influenciado por seus cineastas Mazzaroppi os deixa fazer o temível cinema e temos o baile de carnaval ou a luta generalizada de Um Caipira em Bariloche: o erotismo e a ação. São os momentos em que os expectadores acompanhados aproveitam para conversar e os que, como eu, estão sós, começam a criticar.

Sai do cinema com vontade de conhecer Mazzaroppi. Me disseram que ele tem horror pelos intelectuais, o que, de certa maneira, eu sou. Fico encabulado de procurá-lo mas acho que um dia irei bater na sua porteira nos arredores de Taubaté.

Como acontece tantas vezes na história do cinema acho que Mazzaroppi, como Stroheim, se metamorfoseia na personagem que criou. Seu estúdio é uma daquelas fazendas do Vale do Paraíba de onde Monteiro Lobato tirou o modelo de todos os caipiras da ficção.